

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

GRAZIELLI MARTINS PEREIRA DE SOUSA

**A EAD COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA
SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NO CURSO DE
PEDAGOGIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFPB**

JOÃO PESSOA

2018

GRAZIELLI MARTINS PEREIRA DE SOUSA

**A EAD COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA
SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NO CURSO DE
PEDAGOGIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão.

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de catalogação e publicação

S725e Sousa, Grazielli Martins Pereira de.

A EaD como instrumento de inclusão social: uma análise crítica sobre o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB. / Grazielli Martins Pereira de Sousa. – João Pessoa, 2018.

113 f.: il.

Orientador: Dr. Wilson Honorato Aragão

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2018.

1. Educação à distância 2. Educação a distância 3. Pedagogia
4. Institucionalização I. Aragão, Wilson Honorato II. Título.

UFPB/BC

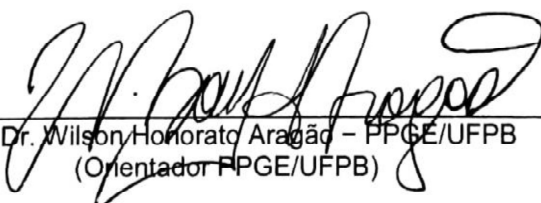
GRAZIELLI MARTINS PEREIRA DE SOUSA

**A EAD COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA
SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NO CURSO DE
PEDAGOGIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFPB**

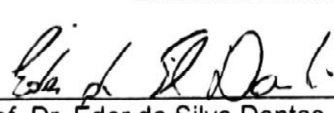
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal da Paraíba – PPGE,
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Educação.

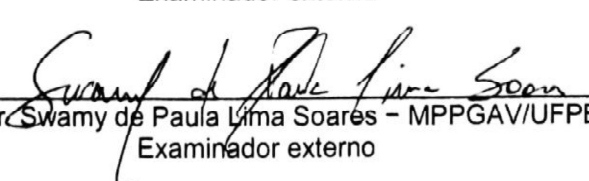
Aprovada em 15/03/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão – PPGE/UFPB
(Orientador PPGE/UFPB)


Profa. Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues – PPGE/UFPB
Examinadora interna


Prof. Dr. Éder da Silva Dantas – MPPGAV/UFPB
Examinador externo


Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares – MPPGAV/UFPB
Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que sempre esteve ao meu lado mostrando que apesar das dificuldades e algumas quedas a fé e o trabalho valeriam a pena. Quando já estava desistindo de seguir o meu bom Deus mostrou-me que as coisas só acontecem na hora certa e quando estamos preparados para receber as vitórias.

À minha mãe Marly Martins Pereira, que criou três filhos sozinha, viúva, vítima da violência perdeu o seu marido no auge da idade com três crianças pequenas, saiu da cidade em quemorava em Salvador e buscou alento junto a sua família aqui em João Pessoa.

Ao meu pai Osmando Alves Pereira (*in memoriam*), que sonhava em ver seus filhos formados e que tenho certeza que onde está vibra com as minhas vitórias e sempre torceu por minha felicidade e sucesso profissional.

À minha filha Maria Thainá Martins de Sousa, por existir em minha vida e provocar um amor imensurável.

Aos meus avós Anália Martins da Silva e em especial Francisco Franco de Araújo (*in memoriam*), que sempre acreditou no meu potencial e ajudou muito a minha família quando chegamos de Salvador ainda pequenos.

Aos meus irmãos Alexsandro Martins Pereira e Cássio Martins Pereira, que sempre me tiveram como referência demonstrando admiração e carinho.

Ao meu querido professor orientador Wilson Honorato Aragão, por ter me acompanhado durante esse trajeto com palavras de incentivo, atenção e dedicação. Por ter compartilhado de sua experiência acadêmica, orientando-me durante o processo, por ser um profissional dedicado, exemplar e por tratar seus discentes com respeito, motivando-nos a seguir em frente e a lutar pelo que se acredita.

Aos meus colegas de turma que, como eu, sofreram durante o processo com as incertezas, angústias e medos que estiveram presentes nessa caminhada.

A todos que de alguma forma contribuíram para meu êxito, pelas palavras de apoio e pela torcida.

A todos que compõem o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE), por sempre terem me atendido com atenção e respeito, e terem proporcionado um curso de qualidade que muito contribuiu em minha formação acadêmica.

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

(Boaventura de Souza Santos)

RESUMO

Este trabalho dissertativo foi desenvolvido sobre a **EaD como instrumento de inclusão social: uma análise crítica sobre o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB**. Teve como objetivo geral: analisar o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB na perspectiva de inclusão social. A pesquisa foi desenvolvida em três momentos distintos, porém complementares: no primeiro foi feita uma pesquisa bibliográfica que utilizou como referenciais teóricos estudos realizados por Brandão (2008), Belloni (2008), Boaventura (2005), Bogdan (1994), Castells (2005), Dourado (2011), Freitas (2016), Levy (1999), entre outros. No segundo momento foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos norteadores do curso de Pedagogia a se destacar as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP 01/2006), a criação do curso de Pedagogia a distância da UFPB (Resolução CONSEPE 23/2007) e o Projeto Pedagógico do curso instituído por resolução específica CONSEPE/UFPB 12/2013. Por último, a pesquisa de campo; o estudo apresentou uma abordagem qualitativa, com características metodológicas de estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados foi adotado o processo de entrevistas aplicadas aos coordenadores e professores e também foi aplicado um questionário aos tutores, com questões abertas. Foi verificado que as possibilidades de inclusão social através da EaD trouxeram uma expansão dos cursos de Ensino Superior público nessa modalidade na intenção de promover “inclusão” de grupos sociais que foram excluídos historicamente como pessoas de diferentes regiões do interior, que não tiveram acesso ao Ensino Superior na modalidade presencial, idosos, negros, índios e pobres. No entanto, o que se observou foi a expansão de um mercado privado destinado a um público que foi excluído e uma nova forma de se obter lucro numa escala ampla e desenfreada e a qualidade não anda no mesmo patamar.

Palavras-chave: Institucionalização da EaD. Educação a distância. Pedagogia.

ABSTRACT

This dissertation was developed on ODL as an instrument of social inclusion: a critical analysis of the process of institutionalization of ODL in the course of Pedagogy of the Education Center of the UFPB. The general objective was to analyze the process of institutionalization of the EaD in the Pedagogy course of the Education Center of the UFPB in the perspective of social inclusion. The research was developed in three distinct but complementary moments, in the first one a bibliographical research was done that used as reference theoretical studies carried out by Brandão (2008), Belloni (2008), Boaventura (2005), Bogdan (1994), Castells), Dourado (2011), Freitas (2016), Levy (1999), among others; in the second moment a documentary research was carried out in the archives of the Pedagogy course to highlight the Curriculum Guidelines for the Pedagogy course CNE / CP 01/2006, the creation of the UFPB distance pedagogy course Resolution CONSEPE 23/2007 and the Pedagogical Project of the course established by specific resolution CONSEPE / UFPB 12/2013. Finally the field research, the study presented a qualitative approach, with methodological characteristics of case study, which as instruments of data collection were adopted: the process of interviews applied to coordinators and teachers and also a questionnaire was applied to tutors, with open questions. It was verified that the possibilities of social inclusion through EaD brought an expansion of public higher education courses in this modality in order to promote "inclusion" of social groups that were historically excluded as people from different regions of the interior who did not have access to teaching superior in the face-to-face modality, the elderly, blacks, Indians and the poor. However, what has been observed is the expansion of a private market destined for a public that has been excluded and a new way to profit on a large scale and unbridled and quality is not on the same level.

Key words: ODL institutionalization.Distance education. Pedagogy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAEAD – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância
ANFOPE – Associação Nacional de Formação dos Profissionais de Educação
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BM – Banco Mundial
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade
CF – Constituição Federal
CFE – Conselho Federal da Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DIREDE – Diretoria de Educação a Distância
EaD – Educação a distância
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ES – Educação Superior/Ensino Superior
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IES – Instituição de Educação Superior / Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISE – Instituto Superior de Educação
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PET – Programa de Educação Tutorial
PIB – Produto Interno Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação

PROINFÂNCIA – Rede Escolar Pública de Educação Infantil

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEED – Secretaria de Educação a Distância

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESU/MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UFCE – Universidade Federal do Ceará

UFESBA – Universidade Federal do Sul da Bahia

UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará

UNESCO – Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	19
1.1 Educação a distância: resgate histórico e evolução.....	19
1.2 Políticas públicas na educação e educação a distância	22
1.3 Expansão da EaD no Ensino Superior	26
1.4 Financiamento da EaD no Brasil: algumas reflexões	30
CAPÍTULO 2 - A EAD COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	35
2.1 A EaD e a inclusão social: possibilidades e desafios.....	35
2.2 Do direito à educação ao acesso ao Ensino Superior: um longo caminho .	39
2.3 A democratização do Ensino Superior através da EaD, realidade ou utopia?	45
2.4 As ferramentas tecnológicas no processo de formação e informação do Ensino Superior	51
CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CE NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO SOCIAL E ANÁLISES.....	54
3.1 Investigação dos documentos norteadores para o curso de Pedagogia na modalidade a distância e como se dá o acesso ao Ensino Superior desses alunos de forma a atender à perspectiva da inclusão social	54
3.2 Avaliações da qualidade da educação a distância no Ensino Superior	59
3.3 Análise do curso de Pedagogia, na modalidade a distância, da UFPB	64
3.4 As análises da entrevista com a coordenação do curso de Pedagogia na modalidade a distância da UFPB	68
3.5 O olhar dos tutores do curso em face de inclusão social	78
3.6 O posicionamento de alguns professores diante desse processo de institucionalização e inclusão social	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89

REFERÊNCIAS.....96

INTRODUÇÃO

O trabalho de dissertação desenvolvido foi sobre a EaD como instrumento de inclusão social: uma análise crítica sobre o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB. A investigação se deu com base no objetivo geral propondo analisar como vem acontecendo o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, tendo como objetivos contextualizar políticas públicas em educação a distância no Brasil; indagar a EaD como instrumento de inclusão social no Ensino Superior; investigar a EaD como instrumento de democratização do Ensino Superior e discutir o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB na perspectiva de inclusão social.

A hipótese inicial foi construída mediante o processo de institucionalização do curso de Pedagogia a distância e suas bases legais se têm proporcionado a inclusão social é que o será elucidado ao longo da pesquisa que tem como foco a institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB, sua construção, sua consolidação e o seu perfil curricular de forma a verificar se esse processo de institucionalização teve ou não inclusão social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, através da Resolução CNE/CP 01/2006 definem princípios, condições de ensino e procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelas instituições de ensino superior do país tendo a formação inicial para o exercício de Educação Infantil e nos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na modalidade normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas que sejam previstos conhecimentos pedagógicos assim como define o art. 2º da Resolução CNE/CP 01/2006. No art. 3º “o estudante de pedagogia trabalhará com um repertório de informações habilidades, composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão”.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (CNE/CP 01/2006) fica evidenciado que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, o que vem levantando uma série de críticas quanto a essa questão. Libâneo (2006) destaca sua discordância no texto deste documento uma vez que as atividades

docentes e gestoras são distintas apesar de se completarem, merecem maior atenção no documento, pois a pedagogia não se resume à docência. A ambiguidade no documento requer reflexões sobre o papel do curso de Pedagogia e sua fundamentação para o processo de institucionalização do curso de Pedagogia a distância da UFPB, por se tratar de um documento-base para a criação do curso de Pedagogia, na modalidade Licenciatura, com funcionamento semipresencial, no Centro de Educação da UFPB por meio da Resolução 23/2007.

O curso de Pedagogia na modalidade a distância foi criado no ano de 2007 com a Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE/UFPB nº 23/2007, considerando a demanda que impõe a criação deste curso e a necessidade de capacitar os professores para atuar na área, tendo como pontos basilares a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, o edital 01/2005 – UAB/SEED/MEC, que orienta o processo de elaboração dos projetos dos cursos semipresenciais, as Diretrizes Nacionais Curriculares do Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP 01/2006) e a Resolução CONSEPE/UFPB 34/2004, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB. Ficou definido na Resolução CONSEPE/UFPB 23/2007 que o Projeto Pedagógico do Curso será objeto de resolução específica deste conselho.

No ano de 2013 conforme previsto da Resolução CONSEPE/UFPB 23/2007 fica aprovada a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, na modalidade a distância, em resolução específica (CONSEPE/UFPB 12/2013), considerando a necessidade de um Projeto Pedagógico dinâmico que deverá estar em constante processo de avaliação, a importância de formar profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área, as diretrizes fixadas pela LDB 9394/96 que orientam a elaboração curricular, a Resolução CNE/CP 01/2006 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia na modalidade a distância, licenciatura, compreende-se como um conjunto de ações sociopolíticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular do curso. No projeto pedagógico atual, o curso se destina a formar o pedagogo licenciado para o exercício da docência na Educação Infantil; a principal mudança proposta visa ampliar a ênfase dessa formação para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e para a Gestão Educacional o que tenta corrigir a lacuna das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia.

Acerca da escolha metodológica, Severino (2014, p. 117) define que “a ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e a escolha metodológica tem características metodológicas do estudo de caso onde foi realizado “um conjunto de técnicas de análise de comunicações a fim de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações” (SEVERINO, 2014, p. 121).

Com referência às fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto a pesquisa será bibliográfica incluindo o estudo de caso, realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, livros, artigos, entre outros e documental tendo como fonte documentos no sentido amplo através de documentos legais.

Mazzotti (2006, p. 650) conceitua que o “caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios determinados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado”.

A essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados (SCHRAMM *apud* YIN, 2001, p. 31).

Quanto aos seus objetivos será exploratória buscando apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto, sendo uma preparação para a pesquisa explicativa, “é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental /matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos” (SEVERINO, 2014, p. 123).

E quanto às técnicas de pesquisa escolhidas além das análises das documentações legais destacam-se a LDB 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, a Resolução CONSEPE/UFPB 23/2007, a Resolução CONSEPE/UFPB 12/2003 do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia a distância, o Plano Nacional de Educação 13.005/2014/2024, o referencial de qualidade do curso de Pedagogia a distância. Foram realizadas

entrevistas semiestruturadas aplicadas aos coordenadores, professores e um questionário aberto aplicado aos tutores.

O questionário aplicado aos tutores, devido às dificuldades para um encontro presencial para a realização da entrevista, foi enviado através de *e-mail* e as respostas coletadas serviram para as análises da pesquisa. A entrevista foi aplicada à coordenadora do curso de Pedagogia da UFPB. A vice-coordenadora não participou do processo da entrevista por estar afastada do cargo. Uma coordenadora do polo do município de Conde também se propôs a participar respondendo a entrevista. Quanto aos professores não houve acesso direto aos mesmos, foi necessário visitar os departamentos e verificar o horário de aula dos mesmos para realização da abordagem.

É imprescindível a discussão em profundidade das implicações do uso de certas formas de coleta de dados, de forma condizente à modalidade de pesquisa escolhida a fim de superar a reconstrução de dados ou descrição do óbvio, precária para uma construção de pesquisa qualitativa. Daí a importância do uso criterioso do método qualitativo.

Bogdan e Biklen (1994) descrevem que para se desenvolver uma pesquisa qualitativa é recomendado definir as cinco características que compõem uma pesquisa onde a primeira característica se refere ao investigador como instrumento principal e a fonte de dados é o próprio ambiente natural. Por isso, a importância em analisar o contexto onde se desenvolve a pesquisa sendo ponto-chave para quem quer estabelecer uma pesquisa qualitativa. Outro cuidado a ser tomado é quanto à descrição das informações da coleta de dados, um olhar minucioso é de extrema relevância, pois os dados recolhidos não são números; a investigação qualitativa é feita de forma descritiva, essa é a segunda característica.

“O processo no decorrer da pesquisa é fundamental, pois é cheio de significados que não podem ficar de fora” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49), essa é a terceira observação. A quarta característica que o investigador deve considerar é quanto à “análise dos dados de forma indutiva, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que forem escolhidos vão se agrupando, ou seja, o quadro vai ganhando forma quando se recolhe e examina as partes” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50). O significado é uma parte vital na abordagem qualitativa e deve ser valorizado pelo pesquisador: é a quinta característica que deve ser observada pelo investigador.

Partindo da premissa que o papel do investigador “pesquisador” é o de construir o conhecimento e não dar “opiniões” sobre determinado assunto é indiscutível conhecer e compreender as experiências humanas e o contexto onde se desenvolve a pesquisa. Assim, o pesquisador terá maior clareza para avaliar e descrever de forma crítica uma situação observada. Ao iniciar uma investigação o pesquisador deverá ter em mente a sua abordagem teórica que orientará o processo de construção. Várias são as vertentes para o desenvolvimento de uma pesquisa; no entanto, conhecer uma teoria subsidiará a construção de uma pesquisa coesa, coerente e bem fundamentada.

A pesquisa realizada sobre as contribuições da EaD para o curso de Pedagogia do Centro de Educação, na UFPB, na perspectiva da inclusão social, busca por respostas perante tantas indagações sobre como vem acontecendo o processo de institucionalização da educação a distância no curso de Pedagogia da UFPB. Diante do cenário atual brasileiro como esta modalidade de ensino vem ganhando espaço no âmbito das políticas educacionais?

Severino (2014) destaca que aparentemente a prática científica pode se apresentar a um leigo como uma atividade operacional e técnicas circundadas de diversos procedimentos de coleta de dados como entrevistas, questionários, entre outros que precisam ser organizados em forma de texto. Diferentes pesquisadores fazem parte da trajetória histórica do desenvolvimento da ciência e o intuito desta pesquisa é registrar o momento histórico atual de como se situa a EaD no curso de Pedagogia da UFPB pontuando os avanços desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.334/96 até os dias atuais.

As reflexões sobre a construção de trabalho científico acerca de um tema que tem relevância para as políticas públicas nos remetem à construção de um sentido que possa oferecer olhares que possibilitem a compreensão de uma modalidade que está em evidência no campo da educação e necessita ser estudado, explorado para que o seu papel seja evidenciado e alcançado nas universidades brasileiras.

Levando em consideração conceitos sobre o papel do pesquisador para elaborar um trabalho científico, Cardoso (1971, p.10) define que o pesquisador deve criar a “abertura de pensamento, flexibilidade de raciocínio e de atenção, de tal modo que se aprenda a se deixar guiar pela teoria e pelo método sem se escravizar a ele”. Morin (1996, p. 18) diz que “a cientificidade é a parte emersa de um

icebergue profundo de não científicidade”. A afirmação feita por Morin deixa claro que as relações sociais, a cultura, suas ideias e teorias são as origens da ciência.

Freire (2001) coloca a impossibilidade de a educação ser neutra e que nós educadores caímos na repetição, mas também coloca a necessidade da coerência da opção que se fez. “Coerência que jamais podendo ser absoluta, cresce no aprendizado que vamos fazendo pela percepção e constatação das incoerências em que nos surpreendemos” (FREIRE, 2001, p.22). São essas incoerências que nos permitem buscar a superação dentro de um exercício ético na busca pela superação das incoerências enfrentadas.

Se a educação não é neutra imagine o olhar do pesquisador que é atribuído de um conjunto de valores sobre o objeto de pesquisa. Tornam-se imprescindíveis alguns cuidados ao realizar uma pesquisa: o primeiro ponto é sobre o cuidado quanto à fragmentação dos problemas sociais e também quanto à opinião pessoal que pode interferir nos resultados cabendo ao pesquisador o distanciamento mínimo.

Freire (2001) faz algumas considerações sobre as qualidades primárias, secundárias e terciárias. E Locke sistematizou no seu *Na Essay concerning human understanding* classificando as qualidades em primárias, secundárias e terciárias.

As qualidades primárias independem, para sua existência, da presença de um observador- movimento, figura, forma, impenetrabilidade, dureza – enquanto as secundárias existem como conteúdos de existência- dor, cor, gosto- causados em nós pelas qualidades primárias e secundárias inerentes à matéria. As terciárias são as que se somam às primárias e secundárias; são valores que atribuímos às coisas que têm suas qualidades primárias. São as qualidades terciárias as que, sobretudo, nos interessam aqui na análise da frase educação e qualidade (FREIRE, 2001, p.22).

Assim, é impossível pensar em uma educação neutra e também impossível pensar que os valores atribuídos a ela se dão de forma neutra. A pesquisa será realizada no Curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da UFPB no intuito de analisar o processo de institucionalização da EaD na perspectiva da inclusão social.

O estudo se dará em quatro capítulos: no primeiro capítulo será contextualizada a Educação a distância realizando um resgate histórico e sua evolução, destacando as políticas públicas de educação a distância no Brasil, um

referencial histórico e suas bases legais, a expansão da EaD no Ensino Superior e algumas reflexões sobre o financiamento da EaD no Brasil.

No segundo será resgatada a EaD como instrumento de inclusão social no Ensino Superior, resgatando as possibilidades e desafios, como também enfatizando o longo caminho entre o direito à educação e o acesso ao Ensino Superior.

No terceiro capítulo serão elucidadas questões da EaD como forma de democratização do Ensino Superior tendo as ferramentas tecnológicas no processo de formação e informação.

No quarto capítulo será abordado o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB/CE onde serão analisados os documentos norteadores e uma análise dos olhares dos coordenadores, professores, tutores e alunos em face da inclusão social. Para finalizar, as considerações finais e as referências.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

1.1 Educação a distância: resgate histórico e evolução

A revolução tecnológica que está centrada nas tecnologias da informação vem remodelando a base material da sociedade e condicionando importantes alterações entre a economia, o Estado e a sociedade. Toni (2003, p. 257) destaca que as mudanças nas formas de produzir e de organizar o trabalho foram estratégias pelas quais o capitalismo buscou superar a crise pós II Guerra Mundial, o fordismo, forma de organização da produção industrial que revolucionou o trabalho fabril no século XX.

A partir de 1970, as mudanças entre as sociedades com base no processo de globalização têm as novas tecnologias e novas gestões como modelos positivos numa visão neoliberal onde haverá um novo perfil profissional mais escolarizado, participativo e polivalente conforme define Castells (1999):

Aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalização da produção, circulação e mercados aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização do lucro em todos os lugares (CASTELLS, 1999, p.36).

Diante das adaptações e exigências do novo mercado e em busca do novo perfil do trabalhador a fim de se buscar o lucro incessante em meio a um sistema capitalista desenfreado partiu-se para a escolarização de pessoas até então sem acesso.

O primeiro curso a distância criado nos Estados Unidos foi de taquigrafia, em 1728, segundo Katz (1973), na Inglaterra em 1840 e vários outros cursos de correspondência, na Rússia no início do século XX e em outros países cursos a distância se espalharam, porém, ainda existia grande resistência a cursos a distância nas universidades. No Brasil, em 1940, o Instituto Brasileiro mantém cursos

de correspondência e, durante a Segunda Guerra Mundial, vários cursos por correspondência foram criados no sentido de atender a objetivos distintos decorrentes das constantes mudanças sociais e tecnológicas, conforme destaca Freitas (2016).

Outras possibilidades de ensino a distância ganharam fôlego como o rádio que tinha algumas vantagens a mais que o correio, principalmente, podendo chegar a difíceis acessos; poucos estudos foram explorados a respeito do uso do rádio como meio instrucional na educação. Freitas destaca que no Brasil o rádio foi usado para transmitir programas dos antigos cursos de primeiro e segundo graus, atualmente Ensino Fundamental e Médio respectivamente. Outro meio de ensino a distância foi a televisão. Shulman (*apud* FREITAS, 2016) registra que, na década de 1950, as universidades americanas já mantinham aulas por TV combinadas às aulas presenciais e, em 1979, 71% das universidades americanas ofereciam cursos por TV em circuito fechado. O programa educacional via satélite deu uma guinada aos programas de TV e internet.

O telefone é outra ferramenta que ganha destaque na educação a distância como cursos de tutoria a distância por telefone, acoplados a outras ferramentas tecnológicas como a internet que estreitou a distância tornando-se uma grande ferramenta na educação.

Segundo Marques (2004) é relevante ressaltar que no Brasil, em 1947, uma ferramenta de difusão foi o rádio destacando-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) que juntamente com o Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas criaram a Universidade do Ar, em São Paulo com o intuito de oferecer cursos comerciais radiofônicos. As aulas aconteciam através dos programas repassados às emissoras de rádios postas três vezes por semana. Em dias alternados, conforme Marques (2004), os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios, com o auxílio dos monitores. Na década de 1950, a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e oitenta mil alunos. Assim, em 1976 foi criado o Sistema Nacional de Teleducção, atuando como ensino por correspondência, com rádio e TV, onde conforme Marques (2004) o sistema acumulou um grande número de matrículas e cerca de 40 cursos diferentes.

Essas ações aconteciam de formas pontuais; sem dúvida a educação a distância ganhou consolidação nacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 em seu artigo 80, na década de 1990:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. § 1º A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância. § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. § 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012) II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Os impactos sociais e culturais acerca das novas tecnologias remetem ao desenvolvimento do “ciberespaço”, segundo Levy (1999, p.14),

a nova universalidade que inventa o movimento social que se faz nascer, seus gêneros artísticos e musicais, as reformas educacionais necessárias que ela pede, sua contribuição para o urbanismo e pensamento da cidade, as questões que coloca para a filosofia política.

Apesar do desenvolvimento causado pelo ciberespaço ainda convivemos com os pontos negativos destacados por Levy (1999), principalmente a respeito dos conflitos de interesses e lutas de poder que acontecem em torno do ciberespaço, as inúmeras questões de exclusão e da manutenção da diversidade cultural frente aos “imperialismos políticos, econômicos e midiáticos” (LEVY, 1999, p.15).

A EAD (educação aberta e a distância), explora técnicas de ensino a distância, incluindo as hipermídias, as redes de comunicação interativa e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura, identificando um novo estilo de pedagogia, onde o educador tornar-se-á um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto do conhecimento (LÉVY, 1999, p. 158).

Partindo do pressuposto de que a educação a distância vem sendo uma ferramenta de expansão do ensino formal, muitos avanços foram registrados ao longo dos anos, porém de forma pontual e gradativa sendo que o maior impacto no ensino a distância do Brasil ocorreu através da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação/LDB nº 9.394/96, período em que a EaD foi regulamentada e será realizada a delimitação temporal para o registro da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em torno da EaD enquanto ferramenta de inclusão social, suas contribuições para o Ensino Superior, uma análise crítica do curso de Pedagogia na modalidade a distância da UFPB. A Resolução 01/2006 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia definindo princípios, condições de ensino e aprendizagem onde o estudante trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos. O objetivo central do licenciado em Pedagogia será:

I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional; III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino (BRASIL, 2006b).

Ao perceber que a regulamentação da EaD se deu no decorrer dos anos de 1990 por meio da LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia foram instituídas no ano de 2006, registram-se os recentes avanços na qualidade e na expansão do Ensino Superior. Estudos como este se tornam relevantes no âmbito educacional a fim de se registrar os avanços históricos e apontar caminhos.

1.2 Políticas públicas na educação e educação a distância

Na tentativa de acompanhar as modificações várias políticas públicas foram criadas como enfrentamento para essa nova realidade no sentido de superar qualquer tipo de exclusão tornando-se a EaD uma ferramenta de promoção da igualdade dos indivíduos na sociedade brasileira. Para dar prosseguimento à consideração adiante se torna imprescindível conceituar as políticas públicas.

Política pública como campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e analisar essa ação, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados e mudanças no mundo real (SOUZA, 2006 p.69).

Conforme Lyra (2007, p. 78) “o estado rousseauiano, sendo democrático, não pode ter finalidade senão a realização do bem comum, cuja efetivação será garantida pela liberdade de tudo fazer, salvo o que foi proibido em lei, votado pela cidadania”. Assim, Lyra (2007) observa que para Rousseau a educação é um instrumento de realização prática de um projeto de reestruturação social, capaz de libertar o homem da alienação que lhe foi imposta pelo progresso. E, ainda, o progresso obtido instiga discórdia e desvios de sua trajetória rumo à liberdade.

Para os liberais em geral,

liberdade é a capacidade de satisfazer os próprios interesses individuais nos limites do respeito aos interesses igualmente individuais dos outros [...] Em Rousseau, ao contrário, a liberdade adquire uma dimensão nitidamente social e histórica, não é só entendida como autonomia, é a liberdade positiva (COUTINHO, 2011, p.21).

Os conceitos como classe social, ideologia e outros ainda não eram discutidos no século XVIII, mas antecipam em muitos pontos o ser social de Hegel e, sobretudo, de Marx conforme destaca Coutinho (2011), do homem enquanto produto do seu trabalho, da sua história e da sua prática. Diante das analogias feitas por Rousseau é inerente à política educacional entender a educação como ferramenta de transformação da prática, porém, o que é observado é que o conceito para os liberais tem outra conotação e precisa ser visto e enfrentado conforme destaca Apple (2002) ao referir que grande parte do material relacionado à pedagogia crítica é rico e provocativo, parte dele é conceitual e politicamente confuso, distanciado das materialidades terrenas das lutas educacionais/culturais, políticas e econômicas da vida cotidiana.

Na nova fase do capitalismo conforme destaca Lyra (2007) a acumulação flexível e a mundialização do capital, iniciadas na década de 1980, foram marcadas por um intenso processo de revolução científica e tecnológica no campo da produção, com efeitos na organização da produção e na gestão da força do trabalho e no cotidiano. Coutinho (2011, p.90) se refere à hegemonia como a aliança feita com outras classes ou frações destas no sentido de conquistar, manter e ampliar sua esfera de liderança sobre a sociedade como um todo compreendendo dois momentos: o da direção política e o da reforma intelectual e moral. Para Gramsci o “Estado compreende a articulação dos organismos que garantem as instituições

mediante a coerção, com os aparelhos hegemônicos que compõem a sociedade civil” (Lyra, 2007, p.116).

Segundo Bonavides (2000) o aumento populacional se torna um problema na medida em que a produção econômica não acompanha o crescimento populacional ocorrendo o rebaixamento das condições de vida de países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, em que a população enfrenta dificuldades para suprir necessidades básicas como alimentação, moradia e as demais necessidades, como o acesso à tecnologia, ficam cada vez mais difíceis.

Ainda caminhamos devagar no que se refere à formação docente. Após a determinação da Constituição de 1988 que assegura o direito à educação, reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (LDB) no Art. 80º, do Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, é que foi incentivado o desenvolvimento e veiculação de ensino a distância em todos os níveis e nas modalidades de ensino, inclusive de formação continuada.

A expansão se intensificou no Brasil a partir de 2000, principalmente na última década do século XX em que a história registra as maiores ações e articulações para que se implantasse a EaD no país. A Constituição Federal de 1988 representava uma promessa para cicatrizar feridas da nossa sociedade e colocar o país rumo à democracia.

Ao estabelecer a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 a educação ganha aporte nacional estando em constante intervenção no texto básico da lei que expressa a continuidade do debate da problemática educacional brasileira revelando contradições, lutas, envolvendo pessoas e grupos preocupados com a educação nacional conforme destaca Brezenski (2015, p. 30).

Segundo Castells (2005) o mundo está em transformação estrutural há pelo menos duas décadas, baseados avanços das tecnologias da informação e comunicação e isso tem acontecido de forma desigual por todo o mundo. As sociedades de acordo com os seus interesses e valores é que dão forma ao uso da tecnologia; apesar de se difundirem de forma rápida as redes tendem a excluir grupos de pessoas mesmo que essas pessoas sejam afetadas pela sua dinâmica e principalmente pelas relações de poder que interagem as redes globais de organização social.

Castells (2005) define o novo sistema de comunicação em três tendências: a comunicação é em grande medida organizada em torno dos negócios de mídias que

são globais e locais simultaneamente, e que incluem a televisão, a rádio, a imprensa escrita, a produção audiovisual, a publicação editorial, a indústria discográfica e as empresas comerciais *on-line*; o sistema de comunicação está cada vez mais digitalizado e gradualmente mais interativo; com a expansão das novas tecnologias acontece uma explosão de redes horizontais de comunicação como, por exemplo, as redes sociais.

Diante de todos os avanços na comunicação a virtualidade é a “recriação” da realidade através das novas formas de comunicação socializável. Os hipertextos eletrônicos são processados em nossas mentes com grande autonomia (LEVY, 1999, p.56): “O hipertexto é constituído por nós (elementos de informação, páginas, parágrafos, imagens, sequências musicais etc.) e de links entre esses nós, referências, notas, ponteiros, botões, indicando a passagem de um nó para outro”.

A Educação a Distância acompanha todos esses avanços tecnológicos em que a comunicação e a informação chegam, de forma instantânea, de forma síncrona ou assíncrona. A EaD como ferramenta de inclusão social traz a expansão do conhecimento como oportunidade de inserção de grupos excluídos e marginalizados pela sociedade como uma alternativa de escolarização de qualidade. Vários questionamentos são feitos e se sabe se a EaD vem sendo instrumento de inclusão social como vem sendo propagado.

Outro ponto levantado é sobre o acesso ao conhecimento uma vez que segundo Pozo (2001) estamos tendo acesso a uma gama de informações. Entretanto, cada vez mais estamos lidando com o fracasso escolar. Como está sendo feita essa disseminação de conhecimento? Quem são os nossos alunos da graduação, os nossos tutores e professores? Como está sendo o olhar desses sujeitos acerca da EaD como instrumento de inclusão social? Esses e outros questionamentos tentarão ser elucidados no decorrer da pesquisa.

As universidades estão se adaptando às novas formas de acesso ao conhecimento e a educação a distância entra como uma nova metodologia no sentido de atender à demanda de formação. Várias técnicas de ensino a distância já foram testadas como televisão educativa, a cabo, ensino assistido por computador, tutorial por telefone, fax ou internet e podem adaptar-se à situação e à necessidade do discente.

Os custos referentes à infraestrutura e funcionamento de uma escola ou universidade virtual são inferiores a uma instituição presencial. Segundo Levy (1999,

p.169), “a demanda de formação não apenas conhece um enorme crescimento quantitativo, ela sofre também uma profunda mutação qualitativa no sentido de uma necessidade crescente de diversificação e personalização”.

1.3 Expansão da EaD no Ensino Superior

Seguindo a linha de implementação da LDB nº 9394/96, o seu artigo 80 destaca o uso da educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Em 1996 é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED) com o objetivo de estimular o desenvolvimento de projetos estratégicos como a veiculação de programas e repasse de equipamentos às escolas públicas, institucionalização da educação a distância pela consolidação da secretaria.

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 estabeleceu prazo de um ano para ser elaborado o Plano Nacional de Educação, constituído na Lei nº 10.172/2001 em que diferentes níveis da educação e modalidades foram beneficiados. Introduziu os Institutos Superiores de Educação (ISEs) devendo oferecer formação inicial e continuada para docentes da educação básica e ainda enfatizou a importância da formação a distância de professores e resgatou cursos de preparação pedagógica para profissionais de nível superior graduados em outras áreas que desejassem atuar como docentes.

Freitas (1999) critica esse esforço de formar o magistério de modo aligeirado com o objetivo de aumentar as estatísticas educacionais e, ainda, com essas políticas, professores seriam formados para “repetirem conteúdos, em atividade denominada ensino, com uma prática pedagógica que se sustenta no simples fazer, para resolver problemas imediatos do cotidiano escolar” (BREZEZINSKI, 2008, p.177-178).

As reformulações ganharam campo fértil no âmbito da EaD e o credenciamento de IES para a oferta de cursos se expandiu. O Decreto nº 5622/2005 regulamenta o artigo 80 da LDB 9394/96 revogando o Decreto nº 2494/98 abrangendo formas e procedimentos para a oferta em todos os níveis e modalidades, inclusive para cursos de mestrado e doutorado. Em dezembro de 2007, o Decreto 6.303 altera alguns dispositivos dos decretos 5622/05 que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional e 5773/06 sobre o exercício de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação

superior e cursos de graduação e sequenciais, no sistema federal de ensino, com os requisitos para que uma IES seja credenciada para a oferta de cursos e sobre autorização de cursos e formas de avaliação.

Em 2005, deu-se a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto 5800/06 com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. A criação, institucionalização e implementação de políticas e ações para a EaD tem como justificativa a expansão das oportunidades educacionais, democratização do acesso à educação superior, mais alcance, custo-benefício mais favorável, flexibilidade para professores e alunos, modernização da educação por meio do uso das TICs.

No tocante à educação a distância segundo Dourado (2008) uma das iniciativas mais ambiciosas na expansão da educação superior, por meio da EaD, foi a criação da Universidade Aberta (UAB), pelo MEC, em 2005, cujos objetivos, são:

Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; ampliar o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006a).

No ano de 2007 a UFPB instituiu por Resolução nº 23/2007 o funcionamento do curso de Pedagogia, modalidade Licenciatura, com funcionamento semipresencial, no Centro de Educação. Essa demanda impõe a criação do curso de Pedagogia em razão da necessidade de capacitar professores para atuar na área, tendo aprovado a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade a distância, Licenciatura no Centro de Educação por meio da Resolução 12/2013 tendo por base a Resolução CNE/CP nº 01/2006 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

Em 2008 o MEC dobrou a compra de laboratórios de informática por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), lançou também o programa banda larga nas escolas em parceria com a Anatel e operadoras de telefonia e a previsão era viabilizar até 2011 a instalação de laboratórios de

informática com internet banda larga em todas as escolas públicas com mais de 50 alunos.

Dourado (2011) destaca que em âmbito nacional as mudanças tecnológicas aumentaram as desvantagens e a exclusão de certos grupos (famílias de baixa renda, populações rurais, pessoas da terceira idade entre outros), atribuídas as disparidades sociais que desencadeiam uma desigual distribuição de renda, tecnologias, trabalho, educação e acesso às TICs.

Com o intuito de desenvolver maiores índices no *ranking* da educação o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) traz um indicador que expressa em escala numérica a evolução do sistema educacional baseada em exames nacionais. Ao pensar assim foi elaborado o “Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, como uma espécie de pacto nacional que propõe a melhoria da qualidade da educação básica” (BRASIL, 2009).

Formaram-se um “novo” conjunto de compromissos, uma nova aliança e um novo bloco de poder com crescente influência na educação e em todas as questões sociais. Esse bloco de poder combina múltiplas frações de capital comprometidas com soluções neoliberais mercantilizadas para problemas educacionais; intelectuais neoconservadores que desejam um “retorno” a padrões mais elevados e a uma “cultura comum”; fundamentalistas religiosos populistas e autoritários profundamente preocupados com a secularidade e a preservação de suas próprias tradições; e determinadas frações de profissionais da nova classe média comprometidas com a ideologia e as técnicas de accountability *, avaliação e “gerenciamento” (APPLE, 2002, p.109-110).

Em outros países como na Inglaterra “os princípios e valores educacionais terminam quase sempre comprometidos pelas questões comerciais, que ganham maior importância na elaboração dos currículos e na alocação de recurso” (APPLE, 2002, p. 116). E, ainda, “a proposta dos reformadores empresariais é a ratificação do currículo básico, mínimo, como referência, assume-se que o que é valorizado pelo teste é bom para todos, já que é o básico” (EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, 2013, p.5).

Daí a necessidade de analisar o que está sendo oferecido nos cursos da EaD e qual propósito está sendo oferecido uma vez que diante de tantas transformações grupos continuam excluídos apesar dos avanços que vêm acontecendo no campo educacional.

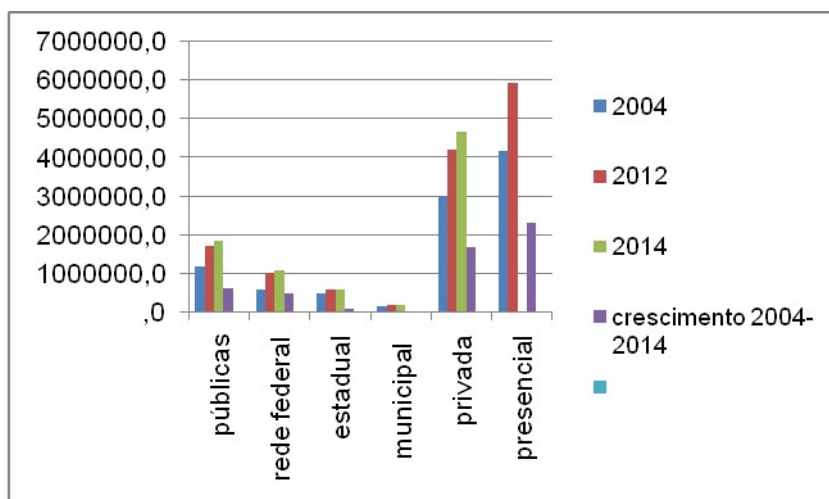
A pesquisa traz uma análise crítica do curso de Pedagogia na modalidade a distância do Centro de Educação da UFPB, sendo abordado o momento histórico vigente registrando as dificuldades e os avanços da EaD para a inclusão social.

O PNE Lei nº 13005 2014/2024 em sua meta 12 objetiva:

eleva a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

O relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE, na meta 12 no crescimento das matrículas apresentou tendência de alta nos anos de 2009 a 2012, caindo novamente entre 2012 e 2014. Nesse último período, a participação da rede pública no crescimento total de matrículas foi de apenas 8,1% – índice muito distante da meta do PNE de 40% até 2024.

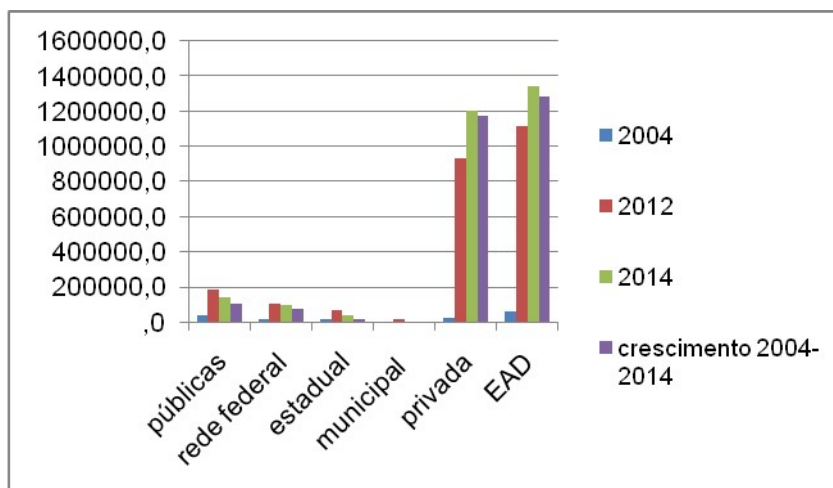
Gráfico 1 - Matrículas na educação superior



Fonte: Elaborado pela DIREDE/INEP com base no Censo da Educação Superior, 2014.

A rede federal de IES foi a que mais contribuiu para a expansão dentro do segmento público nos dois períodos considerados. Entre 2004 e 2014, a rede federal contribuiu com 16,3% do crescimento total de matrículas de graduação, enquanto as redes estaduais e municipais somadas responderam por 4,4% desse crescimento. Já entre 2012 e 2014 a participação da rede federal na expansão total de matrículas foi de 11,7%, enquanto a participação das redes estaduais e municipais no agregado nacional foi negativa (-3,7%), ou seja, havia menos matrículas nas IES nessas duas redes no ano de 2014 (780.368) do que em 2012 (809.963).

Gráfico 2 - Crescimento nas matrículas na educação superior presencial e EAD



Fonte: Elaborado pela DIRED/INEP com base no Censo da Educação Superior, 2014.

O crescimento dos cursos de ensino a distância (EAD) nas IES privadas foi responsável por parcela significativa da expansão total das matrículas nos dois períodos considerados (cerca de um terço do total). Em 2004, os cursos de EAD privados contavam com apenas 23 mil matriculados. Em 2014, foram mais de 1,2 milhões de matrículas nesses cursos. Em segundo lugar, os cursos de EAD nas IES públicas também passaram por um crescimento relativamente rápido, embora inferior ao das IES privadas, no número de matrículas entre 2004 e 2012 (de 36 mil para 182 mil matrículas). Entretanto, parte dessa expansão das matrículas em cursos de EAD públicos foi revertida entre 2012 e 2014 (redução total de 42 mil matrículas), sendo a redução maior nas redes estaduais e municipais. Em suma, em conjunto, essas duas informações apontam para uma mesma direção: considerando os dados em nível nacional, o crescimento de EAD na graduação tem ocorrido em velocidade muito superior nas IES privadas em relação às públicas, o que contribui para a baixa participação da rede pública na expansão total de matrículas (BRASIL, 2016, p.289).

1.4 Financiamento da EaD no Brasil: algumas reflexões

No ano de 2000 a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um documento intitulado “Metas de Desenvolvimento do Milênio” com oito metas a serem atingidas por 189 países que assinaram o pacto, inclusive o Brasil, a serem alcançadas até 2015 onde se destacam a erradicação da extrema pobreza e fome; educação básica de qualidade para todos, igualdade entre os sexos e autonomia da mulher, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate à Aids, malária e outras doenças, sustentabilidade ambiental, estabelecer parcerias mundiais para o desenvolvimento.

Segundo o Ministério da Cidadania e Justiça, em 2015, o Brasil superou sete dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) implementados em 2000

criando políticas públicas para atingir as metas estabelecidas, faltando atingir objetivos envolvendo a mortalidade materna (BRASIL, 2015). Existe um compromisso internacional entre os países em melhorar a qualidade de vida da população e políticas públicas vêm sendo criadas em diversas áreas para o alcance de melhorias.

Ao tecer alguns esclarecimentos sobre o financiamento da EaD no Brasil, primeiramente nos remete a refletir como anda o financiamento das instituições públicas do Ensino Superior no nosso país. A consideração desses recursos deve ponderar a distribuição dos recursos, além da pesquisa, o número de alunos atendidos, sendo um problema central na discussão sobre o estabelecimento de uma forma fixa e duradoura de financiamento das instituições federais de ensino conforme destaca Brandão (2008) cabendo ao governo definir de maneira definitiva e estável a forma de financiamento dessas instituições.

Outro problema levantado por Brandão (2008) se refere ao oferecimento de bolsas de estudo aos alunos carentes que acontece de forma restrita no ensino superior público e não acontece nas instituições privadas. É de conhecimento que muitos estudantes não têm condições de se manter nas instituições de Ensino Superior mesmo que públicas; para dar acesso aos estudantes ao Ensino Superior nas universidades privadas o governo criou o Programa Universidade para Todos (Pro-Uni), em 2005, que transfere dinheiro público para as faculdades privadas em forma de isenções fiscais e tributárias.

Esse programa instituído pela Lei 11.096/05 que concede bolsas para estudantes que tenham estudado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, estudantes portadores de deficiência, professores da rede pública de ensino, somente para os cursos de Pedagogia ou normal superior, traduz uma política de ação afirmativa que facilita o acesso a essas minorias, mas não se dá garantia a uma educação de qualidade uma vez que na instituição pública a qualidade do ensino é superior às instituições privadas.

A expansão das universidades federais no interior dos estados em 2006 foi outra ação governamental de investimento no Ensino Superior, a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais em 2007/2008 (REUNI), expandindo vagas presenciais de graduação. Houve um crescimento nas matrículas do Ensino Superior no país, mas essas ações governamentais em quadro geral ainda não resultaram mudanças para a inversão

do panorama que seria a hegemonia das instituições públicas estando o cenário ainda marcado pelo domínio do setor privado.

A EaD por sua vez regulamentada no artigo 80 da LDB Lei 9.394/96 deverá receber todo incentivo do poder público para o seu desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. “A EAD terá tratamento diferenciado com redução de custos de transmissão de programas da EAD, em canais comerciais de radiodifusão e canais de som e imagem” (BRANDÃO, 2008, p. 104). No Ensino Fundamental só poderá ser utilizada como complementação de aprendizagem.

A Resolução /CD/FNDE nº 26/2009 estabelece orientações para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Nível Superior (Capes), a partir de 2009.

A Resolução/CD/FNDE nº 37 de 07 de outubro de 2013 estabelece critérios de implementação e execução do Programa de Formação de Tutores para as redes de parcerias do FNDE, de acordo com a Lei nº 11.273/2006 que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. É vedada a acumulação de bolsas.

A Resolução/CD/FNDE nº 42 de 04 de novembro de 2013 estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas a estudantes de graduação e pós-graduação e a professores tutores no âmbito do programa de educação tutorial (PET), a fim de fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes e a professores tutores, desenvolvendo projetos acadêmicos orientados pelo princípio de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

Os agentes do programa são a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as instituições de ensino superior (IES). De acordo com a Lei nº 11.180 que autoriza a concessão de bolsas ao Programa de Educação Tutorial (PET), os investimentos na EaD aconteceram principalmente através de bolsas de estudo de fomento à pesquisa e iniciação científica, as bolsas se destinaram a tutores, professores tutores, coordenadores, enfim, ao profissional engajado nesse tipo de

trabalho. Em 2016, existe um declínio nos investimentos do Ensino Superior, especialmente na EaD, muitas bolsas foram suprimidas e a intenção deste trabalho também será investigar de que forma vem acontecendo o curso de Pedagogia a distância da UFPB/CE no que se refere aos financiamentos recebidos anteriormente e os atuais, houve corte nas bolsas? Como isso vem influenciando o andamento do curso? Essas e outras questões serão abordadas e respondidas pelos que vivenciam essa modalidade de ensino.

O cenário do nosso país a partir do ano 2005 foi de intensos investimentos na área da educação e a educação a distância ganhou lugar de destaque, inclusive com pagamentos de bolsas de estudo de iniciação científica, incentivos na formação continuada de professores, pagamento de bolsas de tutores, professores e coordenadores de cursos a distância nas instituições públicas.

Com o Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014 com vistas ao cumprimento do art. 214 da Constituição Federal de 1988 que estabelece a criação do plano nacional de educação com duração decenal, mais investimentos eram vislumbrados à educação ao citar os recursos previstos em lei, referentes à parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, além de a União destinar nunca menos de 18% anuais de investimento e os estados, Distrito Federal e municípios, 25% no mínimo nas receitas provenientes de impostos conforme determina o art. 212 da Constituição Federal e ainda prevê 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação ao final do decênio.

Dentre as metas do novo PNE, a meta 16 dentro das suas estratégias especificamente a 6ª cita a ampliação da oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica. O que vem sendo corroborado no plano nacional de educação é o que está sendo evidenciado na EaD? E em especial no curso de Pedagogia a distância da UFPB?

Ínúmeros avanços são vislumbrados no novo PNE que foi aprovado não de forma íntegra conforme o PL 8.035 que realizou audiências públicas e seminários para a elaboração do documento coordenado pelas entidades Associação Nacional de Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entre outros, que foi elaborado na Conferência Nacional de

Educação (CONAE) e encaminhado ao governo com proposições para o novo PNE. As discussões em prol de educação com qualidade social pressupõem garantir o direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas com acompanhamento e avaliação da sociedade conforme destaca Dourado (2011), tendo em vista a melhoria da organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas.

O que vem sendo observado na época presente é que estamos enfrentando uma crise política e econômica que tem freado todos os avanços anteriormente existentes, a começar pelo *impeachment* da presidenta da República Dilma Rousseff que foi destituída do cargo no dia 25 de agosto de 2016 assumindo o seu vice-presidente Michel Temer adotando uma série de medidas estagnando a educação pública e reduzindo e até suspendendo recursos que estavam destinados no novo PNE Lei 13.005/2014 em face da crise que o país vem enfrentando.

Diante de tantos escândalos como processos de investigação da Lava Jato que investiga a corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil enfrentou, a retirada da presidenta por meio de um golpe orquestrado pela classe política de oposição e descredibilidade do país no âmbito exterior vêm afastando investidores por meio da instabilidade política e financeira que o país vivencia.

Todos esses enfrentamentos afetaram diretamente a população brasileira: aumento de impostos, reforma da previdência, diminuição dos investimentos em educação e saúde, privatizações em diversos setores públicos, inúmeros pacotes do governo estão sendo encaminhados para a aprovação retirando direitos da população. E o que podemos discorrer sobre financiamento da educação superior e na EaD especificamente? Estamos em um momento instável de perda de direitos onde a própria Constituição Federal não está sendo respeitada. O que esperar dos investimentos oriundos dos *royalties* do petróleo e do gás que seriam destinados à educação como foram mencionados no próprio PNE nº 13.005/2014?

O objeto de pesquisa em questão traz à EaD como instrumento de inclusão social uma análise crítica do curso de Pedagogia a distância da UFPB, ratifica que o curso de Pedagogia a distância também foi afetado pela crise econômica e política e no decorrer da pesquisa serão ratificadas tais dificuldades enfrentadas para manter essa modalidade de ensino.

Muitos são os desafios e enfrentamentos que estão às nossas portas nos dias atuais e calcula-se uma distância entre o que se planeja e o que é executado, o

nosso cenário está sendo marcado por constantes mudanças até então não planejadas e sem o aval da sociedade que é a mais interessada e diretamente atingida.

CAPÍTULO 2 - A EAD COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

2.1 A EaD e a inclusão social: possibilidades e desafios

O PNE confirma a intenção da expansão da EaD na rede pública, mas a prática não retratou o que vem demonstrado no plano. O curso de Pedagogia a distância da UFPB enfrentou perda de bolsas e dificuldades no funcionamento. O processo de institucionalização dessa modalidade de ensino vem acontecendo em meio a dificuldades nos tempos atuais.

A EaD traz possibilidades de inclusão social e ao mesmo tempo desafios; para identificar o que é inclusão social inicialmente se buscam conceitos que possam trazer uma definição concreta do que seria o termo estudado.

(...) o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p.41).

Falar sobre inclusão social é discutir garantias de direitos, é respeitar as diferenças e valorizar as diversidades, construir caminhos para que se possa viver em sociedade respeitando todos que nela habitam sem marginalizar grupos que se encontram desfavorecidos socialmente, que não são aceitos por não estarem dentro

de padrões preestabelecidos. Ao realizar uma simples pesquisa na *web* logo se acha a definição do que seria inclusão social de forma clara e objetiva, mas porque não se consegue seguir os conceitos que estão tão diretamente ligados ao respeito e à tolerância? Um tema que vem ganhando lugar de destaque nas conferências e palestras pelo mundo todo, muito se tem feito e avanços devem ser registrados, mas ainda falta muito a fazer e as pesquisas precisam ser realizadas para que esse assunto seja constantemente discutido e que caminhos possam ser trilhados na sociedade.

Não é o simples fato de aceitar porque você é bom e está fazendo um favor ou até um ato de benevolência, mas sim aceitar, respeitar as diferenças e oportunizar acessos que vêm sendo negados desde que o mundo é mundo.

O artigo 1º elege como valores fundantes da República a dignidade da pessoa humana, a cidadania, bem como o valor social do trabalho e da livre iniciativa. O artigo 3º, ao seu turno, obriga o Estado Brasileiro a adotar medidas para: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...); erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O artigo 7º inciso XXXI preceitua: “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário ou critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência” (BRASIL, 2007, p.17).

Esses são alguns escritos da Constituição Federal que deixam claro a responsabilidade da sociedade em criar maneiras para se construir uma sociedade livre, justa e solidária. Daí as políticas públicas de ações afirmativas que criam estratégias reais para minimizar e até suprimir as desigualdades existentes.

Freire (1979) anuncia a prática da libertação revelando as três palavras-chaves que impedem a prática da libertação: a opressão, a dependência e a marginalidade. A opressão é uma ação em que os oprimidos precisam reconhecer sua situação como oprimidos e lutar para conseguir a sua liberdade, porém estar imerso na realidade opressiva impede a sua percepção, a sua relação de ódio e admiração pelo opressor, atrapalha a sua libertação e a necessidade de se tornar um opressor acaba por dificultar sua libertação. A dependência é outro fator determinante que bloqueia a libertação, realçando a necessidade de transformação no interior da sociedade, superando a visão da sociedade como objeto para os outros, passando a ser sujeito.

Daí precisa-se analisar os conceitos de modernização e desenvolvimento: o primeiro como uma situação de dependência por trazer a “invasão cultural” que

deforma o núcleo da sociedade deixando-a cada vez mais dependente de um modelo externo e o segundo está ligado ao processo de libertação pelo desejo de superação da sua situação limite. A marginalidade é um objeto de violência onde o homem está no interior de uma estrutura social em relação de dependência onde são caracterizados como seres autônomos, ou seja, encontram-se nessas condições por opção.

Chauí (2014)discerne:

O projeto da modernidade que julgava possível o desenvolvimento harmonioso da regulação e da emancipação e a racionalização completa dos indivíduos. Todavia, o caráter abstrato dos princípios de cada um dos dois pilares levou cada um deles à tendência de maximizar-se com a exclusão do outro, e a articulação entre o projeto moderno e o surgimento do capitalismo assegurou a vitória do pilar da regulação contra a emancipação (CHAUÍ, 2014, p. 26).

Diante de uma sociedade capitalista com práticas excludentes é cada vez mais necessário a criação de políticas públicas de enfrentamento para um problema tão sério que é a exclusão de direitos.

Freire (2001, p.45) indignado relata:

Como tentar explicar a miséria, a dor, a fome, a ignorância, a enfermidade crônica, dizendo, cinicamente, que o mundo é assim mesmo; que uns trabalham mais, com competência, por isso têm mais e que é preciso ser pacientes pois um dia as coisas mudam. Há uma imoralidade radical na dominação, na negação do ser humano, na violência sobre ele, que contagia qualquer prática restritiva de sua plenitude e a torna imoral também. Imoral é a dominação econômica, imoral é a dominação sexual, imoral é o racismo, imoral é a violência dos mais fortes sobre os mais fracos. Imoral é o mando das classes dominantes de uma sociedade sobre a totalidade de outra, que deles se torna puro objeto, com sua maior ou menor dose de convivência. A educação para a libertação, responsável em face da radicalidade do ser humano, tem como imperativo ético a desocultação da verdade. Ético e político.

A educação a distância entra como uma modalidade da educação de enfrentamento à exclusão de milhares de pessoas que não tiveram acesso a uma educação pública em nível superior e muitos programas vêm sendo criados com a mesma intenção. Hermida (2006) explica que a modalidade a distância pode contribuir para atender às demandas educacionais urgentes, tais como a formação ou capacitação de docentes para a educação básica, entre outros profissionais, bem como a formação continuada, em especial no interior do país, onde as dificuldades de acesso ao ensino aumentam cada dia mais. Isso não quer dizer que a

flexibilidade da EaD seja um tipo de modalidade de educação “mais fácil” de ser seguida até porque as exigências são cobradas diretamente ao estudante que deve adquirir hábitos disciplinados a uma rotina de estudos embora existam as vantagens de autonomia quanto ao espaço e tempo.

Atualmente, a EaD vem ganhando território nas instituições públicas e nas privadas do Ensino Superior, estando o Ensino Superior privado em maior escala, o que muitas vezes tem causado preocupações quanto à qualidade do serviço prestado. O que se pretende esclarecer no decorrer deste estudo é como está acontecendo o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia na modalidade a distância da UFPB na perspectiva da inclusão social delimitando o tempo histórico a partir da LDB 9.394/96 aos dias atuais. Durante esse trajeto serão destacadas as políticas educacionais que ampararam a EaD como ferramenta de inclusão social.

Moore e Kearsley(2013, p.2) definem alguns fundamentos sobre a EaD: “Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em lugar diferente do ensino, o que requer comunicação por meio das tecnologias e uma organização institucional especial”. Discentes e docentes estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do processo em que aprendem e ensinam. São as tecnologias, técnicas de ensino diversas e vários alunos significam diferentes meios para gerenciar e administrar os programas fornecidos.

Vermelho (2014, p. 266) ao destacar Moore relata que:

Para um curso independente das tecnologias a serem utilizadas é imprescindível atender com uma boa estrutura com componentes definidos e compreensíveis, objetivos claros nas unidades e módulos, participação planejada, integralidade com os materiais e mídias permitindo integração entre eles, repetição, simulação e variedade, onde os elementos precisam ser compreendidos e repetidos por diversas mídias, síntese, feedback e avaliação.

A EaD vai além da objetividade profissionalizante, pode-se ter uma educação a distância reflexiva. “A educação deixou de ser um processo de aquisição de conhecimento como preparação para a vida e tornou-se um processo de inicialmente preparar e então reparar o conhecimento ao longo da vida” (MOORE; KEARSLEY, 2013, p. 390).

A educação presencial e a distância não se limitam dentro da sala de aula, as novas oportunidades de interação permitem a libertação do aprendiz, onde a autonomia ganha espaço nessa modalidade de ensino.

Os novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias visam ir além da relação entre ensinar e aprender. Orientam-se para a formação de um novo homem, autônomo, crítico, consciente da sua responsabilidade individual e social, enfim, um novo cidadão para uma nova sociedade (KENSKI, 2008, p. 19).

2.2 Do direito à educação ao acesso ao Ensino Superior: um longo caminho

O direito à educação já está previsto no artigo 6º da Constituição Federal entendida como direito social e no artigo 205 quando afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”.

Não basta apenas um crescimento da oferta de educação a distância a fim de atender à necessidade de expansão do Ensino Superior, é indispensável ir além, pois a qualidade precisa estar atrelada a essa diversificação. A massificação da oferta do ensino não é meta da educação a distância, uma vez que não se trata de construir uma resposta industrial, mas, uma metodologia de ensino que inclua grupos de pessoas que se encontram à margem da sociedade e que têm urgência no acesso à Educação Superior e de qualidade a fim de elevar o conhecimento e inserir-se ao mercado de trabalho que está cada vez mais exigente.

As escolas já fazem o uso das tecnologias na sala de aula oferecendo ao estudante a oportunidade de navegar no mundo da informação através da internet, mas, se a sua utilização for para desenvolver apenas o que já fazemos o seu uso será limitado fazendo-se a uma ferramenta de entretenimento comparado a outras mídias existentes. Para Pozo (2002) vivenciamos momentos paradoxais do ponto de vista da aprendizagem, cada vez mais pessoas têm dificuldades em aprender o que a sociedade exige delas. E ainda, vivemos em uma sociedade da informação que só se converte em uma verdadeira sociedade do conhecimento para alguns, aqueles que puderam ter acesso às capacidades que permitem desentranhar e ordenar essa informação.

A Constituição Federal de 1988 define em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” e desde o surgimento da obrigatoriedade

da escolarização se tem esperado que a educação pública seja a solução para todos os problemas da sociedade. Muito se espera da educação que seja uma porta para o enfrentamento às desigualdades sociais, a construção da cidadania através da educação, a democratização, a ascensão profissional como se tudo dependesse exclusivamente de uma “boa educação”. Ao nos depararmos com as inúmeras desigualdades sociais, marginalização de grupos de pessoas que sempre foram tratadas de forma excludente, fome, precariedade na saúde pública, falta de moradia, pode-se perceber que os problemas sociais vão além de uma boa escolarização.

Segundo Hargreaves (2003, p.36), “o segredo para uma forte economia baseada no conhecimento não reside apenas no acesso das pessoas à informação, mas também no grau em que elas conseguem processar informação”. Em uma sociedade capitalista dita do conhecimento reconhece a educação pública de qualidade essencial para o desenvolvimento das competências dos trabalhadores do conhecimento. Castells (1999) defende que a ligação eletrônica à sociedade do conhecimento ou de informação é uma prioridade igualmente importante para países em desenvolvimento e ainda destaca que países que não avançaram nas tecnologias possuem os piores desempenhos econômicos.

A educação é a palavra chave da força de trabalho; os novos processos do capitalismo informacional são os geradores de conhecimento e os processadores de informação, cujo contributo é extremamente valioso para as empresas, para as regiões e para as economias nacionais (CASTELLS, 1999, p. 345).

Hargreaves (2003) observa que ensinar além da sociedade do conhecimento requer o resgate de valores da comunidade, democracia, humanitarismo e de identidade cosmopolita de forma que ajude os estudantes a agirem e pensarem além do que o mercado impõe. Assim o ensino e aprendizagem são práticas sociais e emocionais. Alguns aspectos devem ser levados em consideração pelos professores de forma a

promover a vertente social e emocional da aprendizagem, do compromisso e do caráter, aprender a relacionar-se com os outros de forma diferente, desenvolver uma identidade cosmopolita, empenhar-se no desenvolvimento pessoal e profissional contínuo, trabalhar e aprender em grupos colaborativos, estabelecer relações com pais e comunidade, desenvolver a compreensão emocional, preservar a continuidade e a segurança, estabelecer a confiança básica das pessoas (HARGREAVES, 2003, p. 91).

Assim, ensinar para além da sociedade do conhecimento exige uma melhoria nas relações entre as pessoas, sejam crianças ou adultos, seja no ensino básico como superior e os professores têm papel fundamental nesse processo contra os excessos da sociedade do conhecimento, que exclui e acaba por ser disseminadora das desigualdades que são representadas na sociedade. As instituições precisam se adaptar a esse novo formato de sociedade e buscar mecanismos para que as novas formas de conceber a aprendizagem possam garantir a inclusão de grupos que vêm sendo discriminados ao longo do tempo atestando o interesse em uma democracia pública.

Boaventura Santos (2005) ao analisar o papel da universidade no século XXI destaca as suas crises e desafios rumo às exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, destacando ainda a crise institucional resultando na contradição entre a reivindicação de autonomia na definição de valores e a pressão da produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. E ainda revela a importância em se criar uma cultura de redes na universidade de forma a fortalecer a universidade criando polivalência e descentralização de forma que cada universidade construa o seu potencial com a ajuda das outras havendo assim uma cooperação nacional entre as universidades. Esse pensamento tende a superar a visão neoliberal.

O Estado vem sendo redefinido com base em uma crise estrutural do capital onde o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a terceira via são táticas do capital para a superação de sua crise de diminuição na taxa de lucro.

Peroni (2012) enfatiza que na visão neoliberal para superar essa “crise” faz-se necessário a adoção de certas medidas que irão penalizar a democracia por ser considerada prejudicial aos interesses do mercado defendendo o estado mínimo e a privação de direitos, uma vez que para a teoria neoliberal, o Estado é culpado pela crise por gastar a mais com práticas sociais atrapalhando o andamento livre do mercado.

Ao refletir sobre os avanços na luta por um país democrático de direito pode-se analisar que apesar de algumas melhorias há um esvaziamento de políticas sociais e perda de direitos aumentando o distanciamento entre o econômico e o político. E a educação vem se tornando alvo de grupos neoliberais formando um

novo conjunto de compromissos, uma nova aliança e um novo bloco de poder que combina múltiplas frações de capital comprometidas com soluções neoliberais mercantilizadas para problemas educacionais. Segundo Apple (2002) os objetivos na educação são os mesmos que guiam seus objetivos de bem-estar econômico e social, com drástica redução da responsabilidade governamental para com as necessidades sociais, o discurso aparentemente contraditório sobre concorrência, mercados e escolhas, de um lado, e prestação de contas, objetivos de desempenho, padrões, exames e currículos nacionais.

A trajetória das políticas educacionais no Brasil tem sido marcada por políticas governamentais, em detrimento de políticas de Estado, desde o período da regulação a partir de 1930, bem como nos movimentos da sociedade civil organizada em prol da melhoria da educação nacional, destacando-se o manifesto dos pioneiros da educação, e ainda os limites vividos durante o Estado Novo (1937-1945), o processo de redemocratização nas décadas de 1940, 1950 e início de 1960 e os contornos assumidos pela centralidade assumida após o golpe militar de 1964 que traz um pensamento tecnocrático. Na década de 1980, houve lutas em prol da educação pública, gratuita, democrática e laica como direito social, no processo da constituinte em defesa da LDB e educação democrática bem como o plano nacional de educação com expressão dos anseios da sociedade brasileira que resultaram em congressos nacionais e a ação efetiva do fórum nacional em defesa da escola.

Todos esses avanços se firmaram na Constituição Federal de 1988 que fundamentou a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 e o Plano Nacional de Educação Lei nº 10.172/01. As avaliações do cumprimento das metas estabelecidas no PNE para os 10 anos remetem ao cumprimento parcial das metas. Nesse período muitas políticas passaram por alterações significativas da educação e educação superior. Apesar dos avanços o PNE ficou secundarizado ao PDE que é um plano governamental, mantendo a proposição de políticas governamentais em detrimento das políticas de Estado.

A partir de 1990, acontece o salto da educação primeiro pela conquista da Constituição de 1988 e também pela LDB nº 9393/96. No governo de Fernando Henrique (1995/1998-1999/2002) a educação passou por um conjunto de políticas públicas pelo governo nacional. Hermida (2012) retrata que segundo o movimento docente que defendia o ensino público e gratuito, através da reforma o governo alinhava suas políticas na direção dos objetivos de natureza neoliberal, propostos

pelos organismos internacionais para a educação nacional. Com a aprovação da LDB nº 9394/96 o próximo passo foi à aprovação do PNE 10.172/01.

A ordem imposta pelo governo se completa com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), com as Diretrizes Curriculares para o ensino no 3º grau, com a proposta de Autonomia para as Instituições Federais de Ensino Superior, com os programas especiais e compensatórios elaborados pelo Ministério da Educação (o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Programa Nacional do Livro Didático; o Programa Nacional de Garantia da Renda Mínima; o Programa de Aceleração da Aprendizagem; o Fundo de Fortalecimento da Escola, dentre outros), além de outras tantas leis, decretos, portarias, medidas provisórias, protocolos, pareceres e emendas constitucionais (HERMIDA, 2012, p.1442).

Diante desses avanços é importante colocar em discussão que o estágio atual da reestruturação capitalista faz com que as grandes corporações sejam maiores que Estados nacionais.

O Brasil, nesse caso, segue tardiamente a trajetória asiática de constituição de grandes corporações globais, após duas tentativas frustradas anteriormente (a tentativa de constituição de um grande *holding* do setor público durante o Plano Cruzado, em 1986, e a privatização dos anos 1990, que transferiu patrimônio público equivalente a 15% do PIB ao setor privado, sobretudo estrangeiro) (SADER *apud* HERMIDA, 2012, p.152).

No governo Lula (2003/2010) e a continuidade dada pela presidenta Dilma até o ano de 2016 as políticas educacionais são destacadas em oito dispositivos conforme definem as duas emendas constitucionais nº 53 e nº 59 no que se refere à obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos; o fim da DRU da educação, a desvinculação de Receitas da União retirava do orçamento do MEC, desde 1995, cerca de R\$ 10 bilhões por ano; investimento público em educação como proporção do PIB seguindo as metas do PNE; piso salarial nacional do magistério através da Lei nº 11738/08; repartição e abrangência do salário educação; ensino fundamental de nove anos; extensão dos programas complementares de livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar para toda a educação básica.

No governo Dilma, pode-se destacar a aprovação e sanção do Plano Nacional da Educação (Lei nº 13.005/14), que estabelece como meta 10% do PIB para gasto com educação; reservou recursos do pré-sal para financiar a educação; o Sistema de Seleção Unificado (SISU); o FIES já beneficiou 1,6 milhões de alunos e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) garantiu bolsas integrais ou parciais para 1,4

milhões de alunos; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA); foram criadas quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Cariri (UFCA), no Ceará, Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA). O Programa Ciência Sem Fronteiras já beneficiou 85 mil estudantes, que receberam bolsa para estudar em 40 países.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), pela Lei 11.494/2007, foi um passo importante na aplicação de percentuais mais elevados para a educação básica conforme revela Dourado (2011), que ainda enfatizou que a partir de 2005, destaca-se uma elevação de recursos financeiros que acabaram por contribuir na implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituiu o Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007/2008, elevação de recursos financeiros para as Instituições Federais de Educação Superior (IFES).

O novo PNE (Lei nº 13005/14) prevê 7% do PIB investidos na educação, mas o cenário político e econômico brasileiro tem mudado e para pior. Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assume a presidência da República e junto com ele vem uma série de medidas que freiam o avanço da sociedade e particularmente a educação do país.

No que se refere à educação pública superior, Dourado (2011) destaca que a autonomia tem sido objeto de controvérsias, as políticas não garantiram autonomia de gestão financeira às universidades, como determina o art. 207 da Constituição. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A expansão e autonomia do Ensino Superior privado recebia investimentos do governo federal através de programas de acesso ao Ensino Superior através do PROUNI e FIES oportunizando o ingresso ao Ensino Superior a grupos das classes populares.

No artigo 212 da Constituição Federal de 1988 se estabelece: “A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e

desenvolvimento do ensino”. Dourado (2011, p. 295) realçou que “a taxa líquida da educação superior, ainda não alcançou os 15% e é relevante a elevação do quantitativo de estudantes nas IES estaduais e municipais e implementação de novas expansões de instituições federais”.

A Resolução CONSEPE/UFPB 23/2007 cria o curso de Pedagogia Licenciatura a distância com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia através da Resolução 01/2006 e em 2010 por meio da Resolução 07/2010 estabelece normas para a elaboração e reformulação do Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação da UFPB. E em 2013, por meio da Resolução 12/2013, o conselho superior de ensino da UFPB aprova o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Pedagogia na modalidade a distância, Licenciatura. Esses avanços foram recentes e muito tem que se escrever ao longo da história do processo de institucionalização da EaD com vista à inclusão social.

2.3 A democratização do Ensino Superior através da EaD, realidade ou utopia?

Rosenfield (2003, p.31) define as limitações do Estado no que se refere ao seu fracasso histórico; embora estivesse sobre os mecanismos do mercado para liberá-lo, o Estado liberal se tornou “vítima das abruptas oscilações do mercado e do dilaceramento do tecido social”, aonde a democracia veio a ser apenas formal voltada para a proteção de fortunas privadas e dos novos privilégios sociais. Fica evidenciado que pela participação política as lutas sociais poderão encontrar caminhos e condições para uma sociabilidade política baseada numa nova relação com regras e valores que regem esta sociedade.

Segundo Rosenfield (2003) temos uma democracia de confluências de duas formas de soberania que constituem uma só: a soberania da maioria e a soberania das leis, ficando o problema em conciliar o governo da maioria na pluralidade de opiniões e a lei que regula a vida política da sociedade que no caso é a Constituição. A democracia se caracteriza por essas duas vias: o governo da maioria e o governo das leis. “o primeiro indicando o ato político de instituição de uma nova forma de governo e o segundo o processo de consolidação das novas instituições que se despegam do tempo visando unir a sociedade segundo novos princípios” (ROSENFELD, 1994, p.38). Cabe destacar que para o Estado democrático é a

aceitação do conflito e da discussão sobre as suas formas de estruturação, onde o conceito de liberdade resulta na deliberação dos problemas coletivos, assegurando à sociedade um movimento de expansão das suas liberdades.

Diante de conceitos sobre a democracia este capítulo tem como objetivo elucidar algumas questões sobre o processo de democratização do Ensino Superior tendo a EaD como ferramenta de expansão desse processo.

A Educação Superior, a partir da década de 1990, ganha evidência mundial no que se refere à importância da expansão e acessibilidade da população ao nível superior a fim de atender às novas demandas do mercado. Segrega (*apud* HERMIDA, 2005) destaca a demanda por uma maior diversificação da educação superior e sua relevância para o desenvolvimento econômico e sociocultural, foco da conferência mundial convocada pela UNESCO em 1998, que deixou claro a tendência numa redefinição do papel das universidades para atender a essas novas possibilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9394/96) reconheceu a EaD como uma modalidade de ensino podendo ser utilizada em todos os níveis de ensino, fortalecendo o uso das novas tecnologias da informação e comunicação para a democratização do acesso à educação.

A UNESCO defende que a aprendizagem a distância possibilita a ampliação das oportunidades do estudante e a acessibilidade do ensino.

As barreiras que podem ser suplantadas pela aprendizagem a distância incluem não apenas distâncias geográficas, mas também circunstâncias confinadoras, como limitações pessoais, barreiras culturais e sociais e falta de infraestrutura educacional. Muitas vezes acaba sendo mais barato para o estudante buscar meios alternativos de estudos do que matricular-se em algum curso convencional. É importante que haja possibilidade de conciliar estudo e trabalho, já que muitos não podem se dar ao luxo de abandonar o emprego (UNESCO, 1999, p.679).

A institucionalização e implementação de políticas públicas para a educação a distância tem como meta fundamental a expansão das oportunidades educacionais, a democratização do acesso à educação superior, maior flexibilidade para professores e alunos por meio do uso das tecnologias.

É preciso, porém, muita clareza sobre as condições de ter a EAD como alternativa de democratização do ensino. As questões educacionais não se resolvem pela simples aplicação técnica e burocrática de um sofisticado sistema de comunicação, num processo de “modernização cosmética”. Isso

a ninguém serve, exceto aos “empreendedores espertalhões com suas escolas caça-níqueis” ou governos mal-intencionados. Sob o ponto de vista social, a Educação à Distância, como qualquer modalidade de educação, precisa realizar-se como uma prática social significativa e consequente em relação aos princípios filosóficos de qualquer projeto pedagógico: a busca da autonomia, o respeito à liberdade e à razão (FERREIRA *apud* ROSA, 2016, p. 25).

É imprescindível ter certo cuidado ao definir a EaD como ferramenta de democratização do ensino, pois, as tecnologias são técnicas facilitadoras do processo de aprendizagem, mas, não quer dizer que é a solução para os problemas educacionais. As políticas públicas na área da educação superior, a partir da década de 1990, trazem a educação a distância como ferramenta para o desenvolvimento do processo de democratização do Ensino Superior no Brasil, porém, não podemos deixar de analisar e refletir sobre o contexto que caracterizou essa década como o período de “reestruturação do sistema econômico mundial e pelas demandas da chamada revolução tecnológica ou revolução informacional” (FONSECA, 2009, p. 168).

Os direitos humanos têm como inspiração a ideia de que a democracia é, antes e, sobretudo, a forma sociopolítica de criação de direitos, opera afirmando que, doravante, se trata da criação e garantia: do direito ao conhecimento; do direito de levar o capitalismo global a julgamento num tribunal mundial; do direito à transformação do direito de propriedade segundo trajetória do colonialismo para a solidariedade; do direito à concessão de direitos e entidades incapazes de terem deveres, nomeadamente a natureza e as gerações futuras; do direito à autodeterminação democrática; do direito à organização e participação na criação dos direitos (SANTOS; CHAUÍ, 2013, p.33).

Fernandes (1966, p.205) defende que “o que dá grandeza às universidades não é o que se faz dentro delas – é o que se faz com o que elas produzem” trazendo a problemática da democratização da educação como ferramenta da emancipação dos sujeitos e a igualdade das oportunidades educacionais é um grande passo para superar essa problemática.

Santos (2003, p.56 *apud* SANTOS; CHAUÍ, 2013, p. 30) enfatiza que “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”.

Hermida (2006, p.1) enfatiza que “ainda que, em linhas gerais, a globalização tenha afetado de forma diferenciada os países desenvolvidos e em desenvolvimento é possível detectar uma série de tendências comuns a esses países”.

Essas tendências são segundo Segrega (*apud* HERMIDA, 2005): (1) mudanças na organização e no tipo de trabalho, que deixa de ser repetitivo e rotineiro e passa a exigir criatividade e flexibilidade, impactando diretamente na educação do trabalhador e na qualificação continuada; (2) pressão crescente sobre os governos dos países em desenvolvimento para investimentos em educação para preparar uma força de trabalho capaz de inovar em processos e técnicas, visando ao aumento da competitividade; (3) complexidade da educação superior, que tornou seus currículos mais diversificados e passou a requerer estudantes com domínio das novas tecnologias e de idiomas, e (4) desenvolvimento da educação virtual, em especial na educação superior e 5) as redes de informação globalizadas implicam a transformação da cultura mundial, ao tempo em que os “excluídos” dessa “ordem mundial” se organizam em movimentos contrários à globalização e forçam que os *maîtres du monde*, isto é, líderes e responsáveis pelas políticas neoliberais, reconheçam que é necessário atenuar essas políticas a fim de reduzir suas consequências danosas.

Nesse contexto as instituições de Ensino Superior passaram por transformações para atender ao mercado mais exigente com a qualificação profissional e a “falta de tempo”, como destaca Hermida (2006): “Impera a luta cotidiana pela sobrevivência na sociedade capitalista, a EaD pode ser uma alternativa para contribuir com a democratização do ensino”.

O Decreto nº 5.622/2005 regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9394/96 abrangendo a oferta em todos os níveis e modalidades, inclusive para cursos de mestrado e doutorado.

A comunicação em rede transcende fronteiras, a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica. Porém, como as redes são seletivas de acordo com os seus programas específicos, e porque conseguem, simultaneamente, comunicar e não comunicar, a sociedade em rede difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De fato, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afetada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social (CASTELLS, 1999, p.17).

Boaventura Santos (2005) destaca os conceitos que circulam nos países centrais sobre a sociedade do conhecimento e de “economia baseada no conhecimento” revelando a pressão que as universidades sofrem para produzir o conhecimento necessário ao desenvolvimento tecnológico que torne possível a competitividade e ganhos de produtividade das empresas.

Outro ponto levantado por Boaventura Santos (2005, p.65) que é importante ressaltar é sobre o corte de financiamento público nas pesquisas das universidades transferindo incentivos para que as universidades procurem financiamentos privados, entre parceria com indústrias e empresas onde “a universidade é pressionada para transformar o conhecimento e os seus recursos humanos em produtos que devem ser explorados comercialmente, onde a própria universidade se transforma em marca”.

O reforço na responsabilidade social que vem sendo defendido por Boaventura vem sendo boicotado pelo capitalismo educacional que diminui a autonomia e os recursos financeiros das universidades, inclusive nas suas ações tradicionais. Diante do exposto é elucidado que a responsabilidade social precisa ser defendida nas universidades como enfrentamento ao sistema capitalista.

Boaventura Santos (2005) destaca a importância de uma reforma institucional que favoreça a legitimidade da universidade pública num contexto de globalização neoliberal da educação com o intuito de fortalecer uma globalização alternativa; entre as ideias principais se destacam: rede, democratização interna e externa, avaliação participativa; a criação de uma rede nacional de universidades públicas para uma revolução institucional e das mentalidades onde a rede propõe fortalecer a universidade no seu conjunto ao criar mais polivalência e descentralização. Para Boaventura Santos “a reforma com vista a uma globalização solidária da universidade como bem público tem de partir da solidariedade e cooperação no interior da rede nacional das universidades” (SANTOS, B., 2005, p. 71).

Quanto à democracia interna e externa a primeira coisa a se deparar é a dificuldade no acesso e as questões de discriminação que a limitam. A democracia externa tem sido debate constante cujo interesse é aumentar o acesso às universidades através da privatização. As dificuldades de acesso e os questionamentos partem das forças sociais, mas, o que está por trás das necessidades populares são os interesses de mercado numa busca desenfreada por

lucro, o que acaba reforçando ainda mais as desigualdades entre os grupos marginalizados.

A universidade precisa superar a função de questionadora do discurso dominante da crise da escola pública e buscar alternativas de envolvimento com as instituições públicas. É notório que as reformas educacionais tendem a desqualificar as universidades como espaço para a formação docente correndo para “uma formação terciária dos professores em todos os níveis de ensino”(SANTOS, B., 2005, p. 61), incumbindo uma propagação de instituições privadas que oferecem uma gama de cursos de capacitação para professores tornando um segmento próspero no mercado. Boaventura Santos defende que a universidade deve romper a percepção da defesa do seu *status quo* e trilhar objetivos centrais para uma reforma universitária progressista e democrática que reafirme o compromisso com a escola pública devendo assim defender:

1)Valorização da formação inicial e sua articulação com os programas de formação continuada;2) Reestruturação dos cursos de licenciatura de forma a assegurar a integração curricular entre a formação profissional e formação acadêmica;3) Colaboração entre pesquisadores universitários e professores das escolas públicas na produção e difusão do saber pedagógico; 4) Criação de redes regionais e nacionais de universidades públicas para desenvolvimento de programas de formação continuada em parceria com o sistema público de ensino (SANTOS, B., 2005, p. 63).

O mercado educacional tende a pôr em riscos essas áreas defendidas acima, por isso é imprescindível a defesa da escola pública e a intrínseca relação entre a universidade e a escola pública. No intuito de facilitar o acesso à escola pública a grupos que vêm sendo postos à margem da sociedade a UFPB criou o curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade a distância no ano de 2007 para promover a democratização do ensino público de qualidade, valorizando as áreas defendidas por Boaventura (2005) na perspectiva da inclusão social. O curso tem toda uma estrutura institucional montada para atender aos estudantes que ingressam por meio de seleção pública tendo a EaD como ferramenta facilitadora do processo conforme é definida no Decreto nº 5622/2005, que se caracteriza:

como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Entre os ingressantes e concluintes do curso de Pedagogia a distância ainda temos muito que investigar principalmente no que se refere à EaD como ferramenta de inclusão social. Diante dos questionamentos levantados pelos autores mencionados acima podemos identificar que o mercado educacional tem grande interesse nessa modalidade de ensino e ainda se utiliza das situações emergenciais defendidas por grupos de lutas como a expansão e acesso ao Ensino Superior, por exemplo, para expandir o mercado empresarial e gerar cada vez mais lucros desmedidos sem nenhum critério de responsabilidade social e ainda tendo como grande empenho a privatização das universidades a fim de controlar os seus objetos de pesquisa tornando-a a serviço do capital.

Os estudos nos remetem à importância de se quebrar as correntes para toda a situação vivenciada de desigualdades, negligências para mediante a formação da massa crítica poder criar enfrentamentos. Daí a relevância de se fortalecer as universidades públicas e a sua parceria com as escolas públicas, fortalecendo a democracia externa como também interna das universidades por meio dos conselhos e grupos de interesses sociais tornando-se instrumentos de participação de uma democracia participativa no interior da universidade e a autoavaliação participativa de todo o processo experienciado.

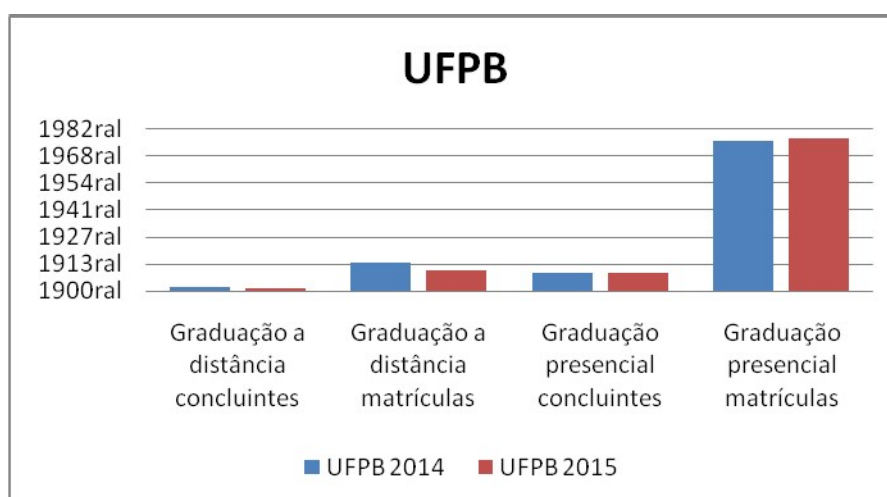
2.4 As ferramentas tecnológicas no processo de formação e informação do Ensino Superior

A educação a distância surge no âmbito das políticas públicas como possibilidade de ampliação do acesso ao Ensino Superior levando em consideração a flexibilidade do espaço e tempo para a construção do conhecimento. Não podemos permanecer leigos nessa discussão ou continuarmos utilizando métodos arcaicos, negando a realidade que está ao nosso alcance, a partir dos novos paradigmas relacionados às tecnologias na educação que apontamos para a necessidade de se desenvolverem nossas competências para os educadores em face da era digital. Não buscamos ditar regras ou mudança nos métodos e sim refletir sobre as práticas educativas e formas de dinamizá-las nos ambientes educativos.

As tecnologias precisam ser vistas como geradoras de oportunidades para alcançar o saber, um projeto de educação permanente, criando novas dimensões para o acesso à educação, novas possibilidades de comunicação e interação nas múltiplas linguagens e múltiplos espaços da escola (KENSKI, 2003, p.18).

As expectativas são que a EaD enquanto modalidade da educação no âmbito das políticas possa contribuir com o aumento da oferta à educação superior e ampliação da produção científica e do trabalho de qualidade. As discussões e análises apontam para um crescimento acentuado na educação superior nas instituições de Ensino Superior particular conforme destacam os dados no gráfico 3.

Gráfico 3 - Graduação presencial e a distância



Fonte: Censo da Educação Superior 2014/2015 – INEP, 2014.

O gráfico 3 destaca que a UFPB teve 5.332 matrículas na graduação a distância com 675 concluintes no ano de 2014 enquanto na graduação presencial houve 27.847 com 3.254 concluintes. No ano de 2015 o número de matrículas de concluintes na graduação a distância chegou a 3.830 matrículas com 422 concluintes e na graduação presencial 28.300 matrículas e 3.255 concluintes.

As matrículas de cursos a distância segundo o Censo da Educação Superior – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no ano de 2014, tiveram o maior crescimento registrado nas universidades a nível de Brasil. Foi observado também que as matrículas dos cursos a distância são predominantes na rede privada e nos cursos de licenciatura. Observa-se que houve uma desaceleração no crescimento. O crescimento no ano de 2015 na graduação a

distância foi inferior ao ano de 2014, observando-se uma desaceleração no crescimento.

Belloni (2008) destaca a importância de se compreender alguns conceitos no campo da sociologia industrial, economia e gestão para a explicação de alguns fenômenos educacionais. Um modelo industrial dominante no século XX foi o fordismo que tinha como proposta a formação da massa para o mercado de trabalho em que a sua principal característica era a produção para as novas formas de mercado. Já o pós-fordismo aparece como uma forma do capitalismo do futuro implicando uma mão de obra mais qualificada capaz de tomar decisões superando as visões fordistas e neofordistas. O avanço tecnológico impulsionou a reestruturação do processo de produção e do capitalismo.

A partir de 1970 o modelo fordista não consegue assegurar o sucesso operacional e na educação parece menos adaptado a responder às exigências educacionais. Belloni (2008) afirma que as transformações sociais que aconteceram em 1990 caminhavam para um modelo de EaD chamada aprendizagem aberta que traz conceitos de autogestão, iniciativa e flexibilidade sendo o oposto ao modelo anterior; “diz respeito à possibilidade de os aspectos da atividade social e das relações materiais com a natureza, em sua maioria, serem revistos radicalmente à luz de novas informações ou conhecimentos” (GIDDENS, 1997, p. 8 *apud* BELLONI, 2008, p.4).

Cabe analisar as diferenças entre EaD e AA (aprendizagem aberta) sendo a última um campo da EaD onde o primeiro é uma modalidade de educação e seus aspectos institucionais e operacionais, referindo-se aos ensinantes, enquanto o AA se relaciona aos modos de acesso com metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem enfocando as relações entre o sistema de ensino e os aprendentes. Conforme define Belloni (2008),

a EAD é vista como uma modalidade importante dos sistemas de formação, da mesma forma que o uso intenso e inovador das tecnologias de informação e comunicação e a disponibilização de recursos educacionais (mediatecas, centro de recursos técnicos, monitorias e tutorias) (BELLONI, 2008 p. 24).

O ensino a distância anteriormente foi visto como um paliativo, porém passou por uma grande projeção através do aparato dos avanços tecnológicos e meios de transmissão e da procura de oportunidade de formação, tornando-se destaque nos

últimos anos. Bireaud (1995, p. 90) encara a formação a distância como uma situação de trabalho individual, entregue a si próprio, sem interferência docente ou do formador. “Pode organizar o seu trabalho como bem entender, escolher local, horário, o ritmo que preferir, dando provas de autonomia”. Assim, existe uma flexibilidade no que se refere ao tempo, espaço, dando autonomia ao aprendente.

O curso de Pedagogia a distância da UFPB utiliza as tecnologias como formas de acesso ao conhecimento dinamizando formas e métodos de ensino pautados na formação a distância; amparados por um ambiente virtual, os docentes e discentes se comunicam de forma síncrona e assíncrona: acesso aos materiais didáticos, participação em fóruns, avaliação. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia trazem no art. 3º:

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Diante de um repertório animado pelas novas tecnologias para Levy (1999, p.28) “a qualidade do processo de apropriação (relações humanas) é mais importante que as particularidades sistêmicas das ferramentas”. O autor revela que a importância das relações está além dos instrumentos tecnológicos que são meras ferramentas de acesso ao conhecimento. Assim, o acesso às informações ultrapassam espaço e o tempo.

CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CE NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO SOCIAL E ANÁLISES

3.1 Investigação dos documentos norteadores para o curso de Pedagogia na modalidade a distância e como se dá o acesso ao Ensino Superior desses alunos de forma a atender à perspectiva da inclusão social

A Constituição Federal de 1988 foi base para um novo olhar à educação ao assumir em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”; e subsidiou a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 tornando-se dois pilares da legislação da educação nacional.

Sem dúvidas a década de 1990 foi um marco para o avanço nacional no que se refere à educação; o artigo 80 da LDB 9394/96 cita: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, regulamentado por meio do Decreto 5622/2005 que estabelece diretrizes e bases da educação nacional tendo em seu art. 1º:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

E ainda, em seu artigo 2º inciso V, identifica que na educação superior poderá abranger cursos e programas sequenciais, de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Outro ponto relevante a ser destacado é quanto à criação do Decreto 6.303/2007 que altera alguns dispositivos do Decreto 5.622/2005 quanto ao exercício de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Ensino Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Aplicando-se os instrumentos de avaliação pertinentes e as disposições da Lei 10.870/2004 que institui taxa de avaliação *in loco* das instituições de Ensino Superior dos cursos de graduação, inclusive o curso que obtiver rendimento insatisfatório será tratado com base na Lei nº 10.861/04 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação do educação superior, da graduação e do desempenho acadêmico dos seus estudantes.

A LDB em seu artigo 54 dispõe:

As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal,

O Decreto nº 5.773/2006 que o regulamenta confere no artigo 84 inciso IV, da Constituição Federal, na Lei 9.394/96 e na Lei 10.861 no que trata da avaliação, supervisão e regulação dos cursos superiores de graduação.

Art. 3º As competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação serão exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, na forma deste Decreto. (BRASIL, 2006a).

A Resolução CNE/CP 01/2006 instituiu diretrizes nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Dentre os artigos dessa resolução destacam-se:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Em 2007 através da Resolução CONSEPE/UFPB 23/2007 o Centro de Educação, *campus* I, da UFPB, cria o curso de Pedagogia, na modalidade licenciatura, com funcionamento semipresencial, baseado no edital 01/2015 UAB/SEED/MEC que orienta o processo de elaboração de projetos dos cursos

semipresenciais;e, ainda, considerando as diretrizes curriculares do MEC para os cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 01/2006.

A reformulação do projeto pedagógico do curso de graduação em Pedagogia na modalidade a distância do Centro de Educação, *campus* I, da UFPB, foi aprovado por meio da Resolução nº 12/2013 considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 que orienta a elaboração curricular, a Resolução CONSEPE/UFPB nº 23/2007 que cria o curso de Pedagogia a distância e a Resolução CNE/CP nº 01/2006 que estabelece as diretrizes curriculares nacionais. Observando a portaria do MEC nº 1369/2010 que credencia as instituições públicas de educação superior, vinculadas ao sistema Universidade Aberta do Brasil para a oferta de cursos superiores a distância, atentando sobre as normas para elaboração e reformulação do projeto pedagógico dos cursos de graduação da UFPB através da Resolução do CONSEPE/UFPB nº 07/2010.

Em seu projeto pedagógico fica definido que o curso de graduação de Pedagogia a distância, licenciatura, tem um total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, equivalente a 220 (duzentos e vinte) créditos, com duração mínima de quatro anos e máxima de seis anos equivalente a oito períodos e máxima de doze períodos letivos conforme o art. 3º da presente resolução. São destacadas também 300 (trezentas) horas determinadas pelas diretrizes curriculares nacionais nº 01/2006 para o estágio supervisionado.

A Resolução CONSEPE nº 23/2007 cumpriu o seu papel na formação de professores para atuar na faixa etária de zero a seis anos e atender a uma demanda de formação profissional dos docentes já inseridos ou interessados na docência da Educação Infantil. Após a aprovação do projeto político vigente, o curso se destina a formar o pedagogo, além de atuar na docência da Educação Infantil ampliar a formação para a docência dos anos iniciais do Ensino Fundamental e gestão educacional.

Os formandos do curso de Pedagogia podem atuar como docentes, em instituições educacionais que atendam estudantes com ou sem deficiência, entre crianças em idade regular e jovens ou adultos (EJA), objetivando fortalecer o desenvolvimento da aprendizagem da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e ainda atuar em gestão dos processos e instituições educativas.

Art. 3º O estudante de pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos cuja consolidação Serpa proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (BRASIL, 2006b).

O atual projeto pedagógico do curso de Pedagogia a distância da UFPB se adequou às diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia, licenciatura, tendo sido definidos princípios, condições do ensino e aprendizagem.

Histórico e justificativa do curso com base na resolução CONSEPE/UFPB 12/2013:

O Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na modalidade a distância, do Centro de Educação da UFPB, criado pela Resolução CONSEPE Nº 23/2007 tem cumprido seu objetivo, proposto no Projeto Político Pedagógico: a formação de professores para atuar junto ao segmento educacional na faixa etária de 0 a 6 anos e em atender a uma demanda de formação profissional dos docentes já inseridos ou interessados em atuarem na docência da Educação Infantil. Após cinco anos de implantação e execução do PPP, aprovado em 2007, oferecendo ao todo 2.142 vagas em 05 processos seletivos e tendo formado suas primeiras turmas em 2011, 36 concluintes em julho e 40 concluintes em dezembro, propõe-se sua primeira reformulação curricular.

Atualmente, o Curso de Pedagogia na Modalidade a Distância atende 1.442 alunos ativos, distribuídos nos 20 Polos Municipais de Apoio Presencial, sendo 18 na Paraíba e 2 no Pernambuco, a saber: Alagoa Grande, Araruna, Cabaceiras, Campina Grande, Conde, Coremas, Cuité de Mamanguape, Duas Estradas, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Livramento, Lucena, Mari, Pitimbu, Pombal, São Bento, Taperoá - PB e Limoeiro, Ipojuca -PE. O corpo docente é composto por 59 professores formadores, 121 Professores Mediadores (tutores) a Distância e 50 Professores Mediadores (tutores) Presenciais. Com a constituição do Núcleo Docente Estruturante, Portaria PRG/G/Nº 04/2010, a equipe docente envolve-se num processo contínuo de avaliação do curso e análise de sua composição curricular (carga-horária, ementas, conteúdos programáticos e bibliografia), métodos e instrumentos de avaliação e material didático-pedagógico. Nesse processo de avaliação surge então a proposta de reformulação do Projeto Pedagógico Curricular do curso para atender aos aspectos identificados, e ainda, adequar-se às exigências instituídas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Licenciatura, Resolução CNE/CP N. 1, de 15 de maio de 2006 (CONSEPE/UFPB, 2013).

Ao indagar sobre como se dá o processo de inclusão social nos deparamos com alguns apontamentos sobre os cursos na modalidade a distância, visto que o crescimento nessa modalidade vem acontecendo de forma alargada nos últimos anos possibilitando uma maior flexibilidade no seu curso como a autonomia que os discentes têm em montar horários de estudo, apoio pedagógico a distância, polo estruturado para o atendimento e profissionais capacitados.

Os avanços tecnológicos vêm ampliando as fronteiras e fomentando oportunidades de acesso que até então não existiam. Recorrer a um curso a distância tornou-se possibilidade para muitos que não tinham acesso ao Ensino Superior e buscavam por conhecimento limitando-se a cursos presenciais que não condiziam com a realidade vivenciada pelo discente. Assim, a EaD é a modalidade mais adequada a atender à população adulta que por algum motivo ficou à margem do acesso à educação superior.

O estudo em questão propõe investigar como vem acontecendo o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, na perspectiva de inclusão social. Essa inclusão social vem acontecendo? De que forma?

O objetivo em fortalecer a EaD é ampliar e fortalecer as políticas que favoreçam o acesso à educação superior, sobretudo, dos segmentos sociais e étnico-raciais que são vítimas de maior discriminação e desigualdades ao ponto que haja uma redução nas diferenças existentes.

3.2 Avaliações da qualidade da educação a distância no Ensino Superior

O conceito de qualidade no Ensino Superior traz reflexões no que se refere às políticas educativas a destacar o documento “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação”, na Conferência Mundial sobre Ensino Superior em 1998: qualidade em educação superior

é um conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades: ensino, programas acadêmicos, pesquisa e fomento da ciência, ambiente acadêmico em geral. Uma autoavaliação interna e transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade. Devem ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional. Visando a levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos. Os protagonistas devem fazer parte integrante do processo de avaliação institucional (DELORS et al., 2006, p. 47, Art. 11, Alínea a).

Os referenciais de qualidade para o Ensino Superior a distância foram lançados em agosto de 2007 destinando-se a uma complementação das leis específicas Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, decretos 5622/05,

5773/06 e portarias 1 e 2 de 2007 referentes às avaliações dos cursos a distância. Apesar desse documento não ter força de lei o mesmo foi utilizado para nortear atos legais do poder público do que se refere à regulação, supervisão e avaliação da modalidade a distância onde o documento foi fruto de discussões das universidades, movimentos da sociedade e especialistas do setor.

Em 2003, o MEC lança o primeiro texto base. Mesmo sem uma determinação legal explícita naquela época já existia o objetivo em se discutir amplamente as questões da qualidade para a educação a distância. Em 2005, por meio do Decreto 5622/07, no artigo 7º se estabelecem os referenciais de qualidade pautados nas regras da regulação, supervisão e avaliação dessa modalidade de ensino. A modalidade a distância possui modelos, linguagens, características e formatos próprios; o fundamento primordial é a compreensão do conceito de educação para então pensar no modo de organização que é a distância.

Seguemos tópicos principais a ser abordados no Projeto Político-Pedagógico de um curso na modalidade a distância segundo os referenciais de qualidade para o Ensino Superior a distância (2007): i) concepção de educação e o currículo no processo de ensino e aprendizagem; ii) sistemas de comunicação; iii) material didático; iv) avaliação; v) equipe multidisciplinar, vi) infraestrutura de apoio; vii) gestão acadêmico-administrativa; viii) sustentabilidade pedagógica.

O curso de Pedagogia criado em 2007 através da Resolução CONSEPE/UFPB 23/2007 em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP 01/2006, sendo que na estrutura do curso de Pedagogia deve ser respeitada a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições constituindo-se um núcleo de estudos básicos, sem perder de vista a multiculturalidade da sociedade brasileira, um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltado às áreas de atuação profissional e um núcleo de estudos integradores, tendo carga horária de 3.200 horas distribuídas em 2.800 horas para atividades formativas e 300 horas para o estágio supervisionado e 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento de extensão e da monitoria.

O projeto pedagógico do curso de Pedagogia a distância que foi reformulado em 2013 considerou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, a LDB 9394/96, seguindo o marco teórico da legislação vigente como foi orientado na Resolução CNE/CP 01/2006 e respeitando os referenciais de qualidade

para a EaD,destinando-se como objetivo principal a formação parao exercício do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como, para a atuação em processos de gestão educacional. A composição curricular do curso de Pedagogiaa distância está no anexo desta dissertação, assim como o fluxograma e as ementas do curso para uma maior apreciação.

Sem dúvidas é de extrema relevância a busca por qualidade do Ensino Superior seja presencial ou a distância e em qualquer nível ou modalidade de ensino. A LDB nº 9394/96 no art.62 define:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

- 1.cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- 2.programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- 3.programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Diante de um problema social a LDB 9394/96 regulamenta Curso Superior em licenciaturas e na modalidade normal superior, o que vem acontecendo principalmente na rede privada de ensino. Apesar de a expansão acontecer de forma inferior nas instituições públicas do Ensino Superior fica registrado que em 2007 a UFPBcria o curso de licenciatura em Pedagogia na modalidade a distância no tocante a expandir essa modalidade de ensino ultrapassando os muros da universidade.

Pode-se ressaltar que a partir da LDB 9394/96 muitos avanços foram registrados na educação com a ascensão da modalidade de ensino a distância. Iniciando tempo cronológico desta pesquisa da instituição da LDB 9394 no ano 1996 até os dias atuais muitos avanços se registraram, ora progressos ora retrocessos nesse percurso de altos e baixos da economia brasileira.

Vínculo dos alunos de graduação	Presencial	Ensino a distância
Sexo	Feminino	Feminino
Categoria administrativa	Privada	Privada
Grau acadêmico	Bacharelado	Licenciatura
Turno	Noturno	
Idade (matrícula)	21	32
Idade (ingresso)	18	26
Idade (concluente)	23	33

Fonte: Censo da Educação Superior 2014 – INEP, 2014.

Nessa modalidade de ensino o aluno da graduação a distância está no grau da licenciatura e as matrículas mais frequentes são realizadas por mulheres. O avanço de 2003 a 2014 da rede privada tem sido progressivo e contínuo; segundo o INEP (2014) as IES privadas têm uma participação de 74,9% (5.867.011) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 25,1% (1.961.002).

Sobre a Resolução CNE/CP n. 1, de 15/5/2006, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, na modalidade licenciatura. Libâneo (2006, p.844) traz “falta de clareza conceitual à imprecisão na definição da pedagogia e da atividade profissional do pedagogo”, uma vez que a resolução trata explicitamente da docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cursos de ensino médio na modalidade Normal, cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, cursos em outras áreas que requeiram conhecimentos pedagógicos deixando de fora a atuação do pedagogo reduzindo a pedagogia à docência.

Libâneo (2006) retrata a imprecisão conceitual quanto ao objeto de estudo da Pedagogia descrita no texto da Resolução CNE/CP 01/2006, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, onde se destacam as atividades docentes deixando a desejar algumas informações sobre o campo específico da pedagogia e o exercício profissional do pedagogo resumindo-se ao saber participar da gestão. De que forma? Uma concepção simplista pode afetar a qualidade da formação de Educação Infantil e cursos iniciais do nível científico e cultural dos alunos das escolas do Ensino Fundamental. É imprescindível uma avaliação crítica sobre as diretrizes curriculares nacionais do curso de Pedagogia para referenciar as lacunas existentes à luz da construção de um padrão de qualidade no curso de Pedagogia.

Libâneo (2006) defende que a pedagogia tem um vasto campo de conhecimento; tendo como formação a teoria e prática da educação não se resume ao ensino e formação escolar de crianças e jovens, vai mais além do âmbito escolar formal. Outra lacuna encontrada na resolução que fica evidenciada é sobre a atuação do professor na gestão educacional onde não aparece como uma área de atuação do pedagogo e sim uma competência do professor “para a participação na organização e gestão de sistemas e organizações de ensino”(LIBÂNEO, 2006, p.852). Assim fica explícita a visão equivocada na identificação entre atividade docente e atividade gestora. É evidente que professor precisa aprender as formas de organização e gestão da escola, e apesar de gestão e atividade pedagógica serem dimensões de atividades pedagógicas são completamente distintas cabendo uma melhor reformulação que inclua as habilitações técnicas do trabalho pedagógico.

Algumas brechas que permeiam o curso de Pedagogia causam preocupações conforme destaca Libâneo (2006):

a) a limitação do desenvolvimento da teoria pedagógica decorrente da descaracterização do campo teórico-investigativo da pedagogia e dos campos de atuação profissional do pedagogo especialista; b) o desaparecimento dos estudos de pedagogia no curso de pedagogia, no currículo, provocado pelas excessivas atribuições previstas para o professor, causando a superficialidade e acentuando a precariedade da formação; d) o rompimento da tradição do curso de pedagogia de formar especialistas para o trabalho nas escolas (diretor de escola, coordenador pedagógico), para a pesquisa, para atuação em espaços nãoescolares; e) a secundarização da importância da organização escolar e das práticas de gestão, retirando-se sua especificidade teórica e prática, na qualidade de atividades-meio, para assegurar o cumprimento dos objetivos da escola (LIBÂNEO, 2006,p.860).

Desta forma, descaracterizando o campo teórico da Pedagogia e atuação do pedagogo limitada enfraquece a investigação da ciência pedagógica empobrecendo a análise crítica educação e comprometimento nas formações.

A intenção em trazer para a discussão uma visão crítica sobre as diretrizes curriculares do curso de Pedagogia elencando as lacunas presentes neste documento possibilitará um olhar mais aprofundado acerca da avaliação da qualidade da educação superior no tocante ao curso de Licenciatura em Pedagogia a distância.

3.3 Análise do curso de Pedagogia, na modalidade a distância, da UFPB

O processo de institucionalização do curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB aconteceu em 2007; através da Resolução CONSEPE/UFPB 23/2007 o Centro de Educação, *campus* I, da UFPB, cria o curso de Pedagogia, na modalidade licenciatura, com funcionamento semipresencial, baseado no edital 01/2005 UAB/SEED/MEC que orienta o processo de elaboração de projetos dos cursos semipresenciais e considerando as diretrizes curriculares do MEC para os cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 01/2006. O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia na modalidade a distância foi reformulado através da Resolução CONSEPE/UFPB 12/2013 no intuito de formar profissionais para atuar nos campos de trabalho da área.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa que busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio da EaD, tendo como prioridade oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública criada em 2006 pelo Decreto 5800. A UAB foi criada no ano de 2006 na primeira gestão do presidente Lula que no mesmo ano sanciona a Lei 11.273 que autoriza a concessão de bolsas de estudo e pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores da educação básica desde que “estejam em efetivo exercício no magistério da rede pública de ensino e fica vedada a acumulação de bolsas de estudo e pesquisa nos programas que trata a lei”.

Para concessão de bolsas fica instituído no ano de 2006 conforme a Lei 11.273 no art. 2º:

I - até o valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, para participantes de cursos ou programas de formação inicial e continuada; II - até o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício de tutoria voltada à aprendizagem dos professores matriculados nos cursos referidos no inciso I do caput deste artigo, exigida formação mínima em nível médio e experiência de 1 (um) ano no magistério; III - até o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores dos cursos referidos no inciso I do caput deste artigo, inclusive apoio à aprendizagem e acompanhamento pedagógico sistemático das atividades de alunos e tutores, exigida formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério ou a vinculação a programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado; IV - até o valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais, para participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de

professores de educação básica, exigida experiência de 3 (três) anos no magistério superior.

No ano de 2017 após a alteração da Portaria 183/16 feita por meio da Portaria 15/17, referente à regulamentação das diretrizes para concessão e pagamento de bolsas, os valores pouco sofreram alterações nos valores das bolsas e a necessidade de dedicação exclusiva para os coordenadores de polos.

Quadro 2 – Regulação das diretrizes para concessão e pagamento de bolsas

Função	Titulação	Exercício no magistério básico	Exercício mínimo no magistério superior	Valor
Coordenadoria geral	-	Não	3 anos	1.500,00
Coordenadoria adjunta	-	Não	3 anos	1.500,00
Coordenadoria de curso I	-	Não	3 anos	1.400,00
Coordenadoria de curso II	Mestrado	Não	1 ano	1.100,00
Coordenadoria de tutoria I	-	Não	3 anos	1.300,00
Coordenadoria de tutoria II	Mestrado	Não	1 ano	1.100,00
Tutor	Graduação	1 ano ou mais	1 ano	765,00
Coordenadoria de polo	Graduação	1 ano ou mais	1 ano	1.100,00
Professor formador I	-	Não	3 anos	1.300,00
Professor formador II	Mestrado	Não	1 ano	1.100,00
Professor conteudista I	-	Não	3 anos	1.300,00
Professor conteudista II	Mestrado	Não	1 ano	1.100,00
Assistente à docência	Graduação	1 ano	1 não	800,00

Fonte: Portaria 15/2017 <https://ead.ufsc.br/files/2017/01/Portaria-No-15-2017-altera-Portaria-183-2016-23-01-2017.pdf>

Dos treze profissionais que devem compor o quadro de profissionais que trabalharão com a educação a distância, apenas do tutor, da coordenadoria de polo e do assistente à docência são exigidas experiências no exercício do magistério em educação básica. O que nos remete à alerta e uma investigação mais aprofundada no que se refere à qualidade do curso de Pedagogia na modalidade a distância. Se o Projeto Político do curso de Pedagogia a distânciase encontra atrelado às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia que se aplicam à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, a considerar os padrões de qualidade, tendo o projeto pedagógico como conjunto de ações sociopolíticas e técnico-pedagógicas relativas à formação do profissional, que se destinam a orientar a concretização curricular do curso, algo não está em concordância, como o quadro de profissionais que irão orientar e acompanhar o

funcionamento de um curso de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, se de grande parte dos profissionais não é exigida experiência em magistério básico. Essas lacunas comprometerão o andamento do curso e acarretarão outras deficiências. No decorrer da pesquisa foi identificada essa brecha que de alguma forma compromete a qualidade do curso. Apesar de os apontamentos serem de grande relevância ficaram esses questionamentos a serem aprofundados em uma próxima pesquisa onde poderemos investigar mais profundamente para entender como funciona e como se dá a relação direta desses integrantes no funcionamento do curso.

As descrições sobre o pagamento de bolsas destacadas na pesquisa remetem a uma análise em 2006 quando foi instituído o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa através da Lei 11.273/2006, período em que foram registrados inúmeros avanços, criação, institucionalização e implementação de políticas e ações para a educação a distância. A Lei 10.172/01 destinou um capítulo sobre a EaD e a expansão no Brasil, no tocante à educação superior com um conjunto de metas justificadas por a EaD ser uma modalidade necessária à democratização das oportunidades educacionais.

Em 2000, o país continua o processo de expansão e credenciamento de instituições, que só tende a crescer nos anos seguintes. No ano de 2016 o cenário se modificou diante de uma crise política e econômica que o país enfrentou e vem enfrentando respingando diretamente nos avanços educacionais. Muitos cursos de formação continuada destinados à educação básica foram extintos, alguns retrocessos vêm acontecendo mediante a crise. Várias reformas educacionais vêm sendo realizadas sem a consulta prévia da sociedade, das universidades e dos movimentos sociais.

As bolsas mencionadas na tabela acima foram destacadas para demonstrar que houve poucas alterações ao longo desses 10 anos, muito pelo contrário, houve um recenseamento e cortes no âmbito educacional. Atualmente seguimos em um governo que vem demonstrando pouco interesse com os avanços educacionais em que o maior cenário são os constantes escândalos marcados pela corrupção. Não sabemos onde iremos parar, mas, temos a convicção que não podemos deixar de realizar a pesquisa e marcar esse momento histórico vivido.

A pesquisa tem o propósito de investigar o processo de institucionalização da EAD no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB na perspectiva da inclusão

social, visto que a oferta desta modalidade está concentrada em regiões mais desenvolvidas e na esfera privada que sugere que a Ead não estaria cumprindo com a interiorização e a democratização das oportunidades educacionais.

A busca pela coleta de dados iniciou-se com o registro do projeto na plataforma Brasil no mês de maio do corrente ano e após as devidas retificações técnicas que impediam a aprovação da aplicação da pesquisa foi aprovado com sucesso. Em seguida, foram encaminhadas as informações para a coordenação do curso de Pedagogia virtual solicitando que fosse viabilizado o acesso para a aplicação do questionário e realização da pesquisa.

A coordenação do curso de Pedagogia a distância atendeu ao pedido com presteza realizando o contato com os professores e tutores, porém passados trinta dias não obtive sucesso no que houve o retorno à coordenação.

Foi solicitada a relação dos professores do curso de Pedagogia e feitas visitas nos departamentos para localizar as turmas e os dias em que esses professores estarão na universidade para realizar a abordagem da pesquisa uma vez que como o contato seria realizado pela coordenação através do *e-mail* poderia novamente não obter retorno. Os contatos foram iniciados e os professores escolhidos foram os do último período.

Com os tutores a dificuldade seria ainda maior devido aos atendimentos serem feitos virtualmente e não ter acesso aos *e-mails* ou telefones dos tutores e o contato pela universidade seria mais difícil. Nesse caso, o mais sensato seria aguardar as respostas vindas da coordenação assim como seria com os alunos.

As dificuldades para a realização da pesquisa foram inúmeras e as justificativas também, o que remete a uma reflexão mais profunda acerca do processo de institucionalização da EaD no Ensino Superior público. Não houve má vontade por parte da coordenação do curso de Pedagogia a distância, mas, percebe-se que o tempo destinado para a realização de uma pesquisa será pouco para investigar o que há por trás das políticas de inclusão tendo a educação a distância como ferramenta essencial nesse processo. Por trás das tecnologias tem pessoas que dinamizam o processo e como esses sujeitos estão amparados para desenvolver a EaD diante do caos que estamos vivenciando?

Registrar esse momento histórico é essencial e relevante, pois uma pesquisa foi rodeada com tantas dificuldades. O que há por trás de tantas barreiras relatadas? O que fica claro é a redução do quadro dos sujeitos responsáveis que não estão

dando conta dos problemas que vêm acontecendo no cotidiano. Professores e tutores com um número excessivo de alunos; alunos com dificuldades no manuseio do ambiente e nas questões cotidianas, a coordenação sobrecarregada. Ao realizar a entrevista não foi possível o contato com a vice-coordenadora que solicitou afastamento e até o momento não foi substituída.

A redução dos recursos tem um embate direto na dinamização dos cursos em questão o que será mais detalhado através da coleta de dados com os sujeitos envolvidos na pesquisa.

3.4 As análises da entrevista com a coordenação do curso de Pedagogia na modalidade a distância da UFPB

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, o método escolhido foi o estudo de caso e o foco principal na pesquisa estudo de caso é o tópico decisões. Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Esse esclarecimento da decisão ou decisões para o fenômeno ter acontecido é o objeto do estudo de caso, a intenção é elucidar o caso estudado.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa crescente em todas as atividades econômicas e sociais com diversos recursos de coleta de informações no intuito de auxiliar tomada de decisão, justificar intervenções, ou esclarecer porque elas foram tomadas ou implementadas e quais foram os resultados (CHIZZOTTI, 2006, p. 135).

É necessário identificar o tipo de estudo de caso que será adotado, podendo ser único ou coletivo, em vários locais ou em um local específico, ser intrínseco ou instrumental. A análise se refere ao processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da UFPB, tendo caráter coletivo, onde o pesquisador não se concentra em um só caso, mas em vários, com finalidade intrínseca e instrumental.

A entrevista como técnica de coleta de dados permitiu a análise do olhar da coordenação do curso frente ao processo de institucionalização da EaD. Foram elaboradas sete perguntas após as análises do PPC e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia norteando o objeto de pesquisa.

Foi realizada a entrevista com a coordenadora do curso e abordadas algumas questões que nortearam a entrevista semiestruturada. Não foi possível a aplicação da entrevista com a vice-coordenadora em virtude de estar afastada da função. Ao conversar com a Coordenadora sobre o funcionamento do Curso de Pedagogia a distância foi abordado sobre quais são as metas e os objetivos do curso. Em resposta a mesma relatou que de acordo com o PPP, o curso tem como objetivo formar profissionais para atuar na docência da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando etapas e modalidades, bem como para atuar na gestão educacional. O PPC que foi o primeiro, havia uma comissão que o elaborou. No ano de 2012, o núcleo docente estruturante foi o responsável pela reformulação do PPC.

Em relação aos materiais didáticos, a mesma evidenciou que no início do curso, em 2007, os professores que assumiram os componentes foram responsáveis pela produção de material didático para cada disciplina. Os primeiros materiais produzidos foram o “Trilhas do Aprendiz”. Posteriormente este material foi reproduzido em CD-ROM. Atualmente, todo material para utilização dos alunos é postado no ambiente virtual de aprendizagem, ou seja, na sala de aula da plataforma *Moodle*. E muitos professores continuam usando os materiais produzidos anteriormente, uma vez que não houve mais recurso específico para a produção de materiais, como houve no início do curso.

Durante a entrevista foi questionado sobre a relação entre o curso de Pedagogia presencial e o curso a distância e como funciona. Sobre a relação entre os cursos presencial e a distância a mesma destacou que os cursos têm propostas curriculares diferentes, embora guardem semelhanças no que se refere às concepções, objetivos e perfil de formação do pedagogo.

Ao analisar a relação entre os dois tipos de curso fica corroborado que, apesar das concepções, objetivos e perfil da formação do pedagogo serem semelhantes nos cursos de Pedagogia presencial e a distância, a proposta curricular é diferente. A começar pela estrutura física, o tempo, espaço determinado. A EaD ultrapassa os muros da universidade permitindo uma maior autonomia do graduando podendo se adaptar ao tempo, espaço determinado pelo estudante.

Essa flexibilidade não quer dizer que o curso a distância seja mais fácil, muito pelo contrário, vai exigir uma rotina de estudos e uma responsabilidade do discente

para que o mesmo possa atender aos requisitos de acordo com o calendário fornecido pela universidade.

O fato de o estudante ter a flexibilidade nos horários e espaços para o estudo não exime o comprometimento com a disciplina ofertada. Todo o material é disponibilizado no ambiente, a sala de aula é virtual, o contato com professores e tutores também é virtual, o que acaba exigindo uma maior dedicação do discente que precisa estar atento aos prazos e à rotina de estudos. Mas sem dúvidas a EaD abriu portas para uma parcela da sociedade que provavelmente não teria acesso ao curso superior.

O que dificulta é a expansão das EaDs ter acontecido em maior escala na rede privada apesar de ter acontecido também na rede pública, mas, em menor escala, o que não atende à demanda. O corte de recursos prejudica o andamento do curso e atinge diretamente a qualidade uma vez que as dificuldades para encontros presenciais entre professores, discentes e tutores, assim como ausência de uma formação continuada e integração de toda a equipe que compõe o quadro de funcionários da EaD do curso de Pedagogia tende a impedir o desenvolvimento da qualidade do curso.

Essas limitações atrapalham os avanços que vinham acontecendo nos cursos a distância em nível superior e com o corte das despesas e falta de investimentos não sabemos ainda o que ainda está por vir.

O processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB é uma realidade e vem sendo alcançado embora muitos obstáculos tenham freado o desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

A formação dos professores é outro ponto relevante a ser investigado na pesquisa, sua contribuição para a qualidade do curso oferecido pela UFPB. E dentro dessa perspectiva foi questionada sobre qual concepção de formação de professores orienta a proposta do curso.

Ao ser questionada sobre a formação continuada a coordenadora destacou que a proposta de formação de professores do curso toma por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Resolução CNE/CP 01/2006 e compreende que a formação de professores se constitui como campo teórico-prático da educação, do ensino, da aprendizagem e do trabalho pedagógico desenvolvido em espaços escolares e não escolares. E tem como eixos centrais de sua atuação docência e gestão dos processos educativos, compreendendo que o trabalho

docente é um trabalho de pesquisa, produção e socialização dos conhecimentos na área da educação.

A educação a distância é vista como possibilidade de levar o acesso a uma formação superior a lugares mais distantes. Muitos de nossos alunos não teriam acesso a uma formação não fosse a EaD, pois muitos residem em lugares afastados dos grandes centros e em lugares onde não há universidades presenciais próximas.

A coordenadora relatou a proposta orientadora da formação dos professores do curso de Pedagogia a distância presente na LDB 9.394/96 e na Resolução CNE/CP 01/2006 tendo como eixos a atuação da docência e a gestão dos processos educativos. A mesma deixou clara a importância dessa ferramenta para o acesso à formação superior daqueles que teriam poucas condições de seguir um curso presencial. Mais uma vez fica registrada a relevância em não só institucionalizar a EaD na graduação em Pedagogia, mas também ampliar o acesso à rede pública e Ensino Superior. Quando se fala em inclusão nos remetemos ao processo de incluir grupos que pouco ou nunca foram assistidos em seus direitos como cidadãos.

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não-presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário (LEVY, 1999, p.10).

A educação a distância possibilita a virtualização o que dá certa autonomia aos discentes. Kensky (2003) enfatiza que com a banalização das tecnologias eletrônicas a sociedade adquiriu novas formas de viver, de trabalhar, de organizar e fazer educação. O tempo de ir à escola era determinado e com os avanços da tecnologia da informação e comunicação novos acessos à informação e à educação surgiram construindo novas formas de aprender e deter o conhecimento. As escolas virtuais oferecem várias formações *on-line* e já fazem parte do mundo moderno, a educação a distância é uma realidade e não há como regredir a essa realidade.

A relação entre o docente, o tutor e o aprendente é uma questão que precisa ser destacada no decorrer da pesquisa uma vez que entender como acontece esse processo ajudará a elucidar as questões sobre o processo de institucionalização do curso de Pedagogia a distância da UFPB.

Levando em consideração essa questão, a coordenadora revelou que a maior parte da interação é feita através dos recursos disponíveis na Plataforma Moodle, um dos recursos possíveis é o Fórum de discussão, onde cada estudante tem acesso às respostas dadas pelos demais ao tema de debate ou à questão lançada pelo(a) professor(a). Outro recurso é o *chat*, onde o(a) professor(a) agenda um horário para interagir com os estudantes.

Ao acessar aquela sala, o estudante consegue visualizar se o(a) professor(a) está *on-line*, e quando ambos acessam no mesmo momento, os estudantes costumam enviar questionamentos ao professor(a) que poderá responder com maior rapidez. Há ainda a webconferência, onde o professor agenda um horário e consegue filmar sua sala ou orientações, bem como os alunos que estiverem acessando a *Web* ao vivo. Esse vídeo também pode ficar disponível para os estudantes assistirem posteriormente. Com o(a) tutor(a) a distância, a interação é muito semelhante à interação com o professor. Entretanto, o(a) tutor(a) só acompanha as atividades propostas pelo professor, ele não modifica a sala de aula.

Já em relação ao tutor presencial, a interação é pessoalmente, uma vez que o(a) tutor(a) presencial fica nos polos de apoio presencial. Assim, o estudante que frequenta com regularidade o polo tem essa interação mais próxima.

Como qualquer outro curso, a articulação teoria e prática deve estar presente na condução de todas as disciplinas. Cada componente curricular exige a articulação teoria e prática.

Ao analisar sobre os questionamentos levantados é imprescindível o resgate da articulação entre teoria e prática nos componentes curriculares, a plataforma Moodle possibilita interações virtuais como ambientes para fórum, *chats*, webconferência, *Web* ao vivo. São ferramentas relevantes na EaD. Além de todo o aparato tecnológico que um ambiente virtual deve ter, o apoio dos professores e tutores deve acontecer de forma incisiva para que os discentes se sintam amparados durante todo o processo. O tutor presencial também é decisivo no processo, pois, estará à disposição no polo presencial para atender aos discentes.

O que foi percebido é que professor e tutor deveriam ter um maior contato seja através de planejamento como de formação continuada uma vez que ambos trabalham com o mesmo grupo de estudantes e têm acesso a toda a plataforma *Moodle*. Essa segregação atrapalha o andamento do curso e os avanços que os discentes poderiam ter se o trabalho acontecesse de forma integrada. É de suma

importância saber como é composta a equipe do curso de Pedagogia a fim de entender como funciona a equipe e quais as funções ocupadas por cada profissional.

Ao remeter sobre a equipe do curso, a coordenadora explicou que é composta de coordenadora, vice-coordenadora, equipe de funcionários técnico-administrativos da coordenação e professores. Estes são profissionais lotados na UFPB.

Além desses profissionais, temos uma coordenadora de tutoria (vinculada à EAD/UFPB), mas que acompanha os tutores do nosso curso, tutores presenciais (que ficam nos polos de apoio presencial) e tutores a distância (que são aqueles que acompanham o/a professor/a no ambiente virtual de aprendizagem). Vale ressaltar que esses tutores foram selecionados através de edital para atuarem no curso e recebem uma bolsa de tutor da CAPES.

O curso conta ainda com os coordenadores de polo (que são profissionais definidos pelas prefeituras onde cada polo se localiza, uma vez que os polos pertencem às prefeituras). Até setembro tínhamos 39 tutores a distância e 12 presenciais atuando, totalizando 51, mas esse número sofrerá alteração, uma vez que alguns contratos venceram e outros tutores presenciais e a distância serão convocados. A CAPES recomenda que a proporção é um tutor para cada 18 alunos.

Os encontros presenciais entre professores e estudantes estão sendo difíceis de ocorrer em função de constantes cortes de gastos da EaD.

Ao refletir sobre a composição da equipe, outra questão é ainda mais influente no bom funcionamento do curso que foram os cortes nas despesas dos cursos de educação a distância, que têm dificultado o andamento das atividades tidas como prioritárias e comprometido a qualidade do curso a destacar a ausência de formação continuada, falta de interação entre professores, tutores e discentes, redução do número de tutores onde os presentes assistem a um número de aprendentes superior ao que é orientado pela CAPES. A destacar os encontros dos professores e estudantes que não estão acontecendo devido ao corte de verbas e a orientação de um tutor para cada 18 alunos que não vem acontecendo também. Quanto à equipe que compõe a EaD é preciso uma maior interação seja através da formação continuada, planejamento em equipe a fim de integrar todas as funções que são distintas, mas que precisam atuar coletivamente enfrentando os obstáculos,

ajudando-se interagindo de forma a consolidar a institucionalização da EaD no Centro de Educação.

A flexibilidade no ambiente virtual acontece para que os aprendentes tenham autonomia na sua rotina de estudos com horários e espaços escolhidos pelos mesmos. No curso de Pedagogia a distância é importante saber se existe flexibilidade no atendimento dos alunos e horários flexíveis para atendimento? Essa foi mais uma questão dirigida na entrevista com a coordenadora do curso.

Em resposta a coordenadora esclareceu que o curso se organiza com duas notas para cada disciplina, sendo 100 pontos atribuídos às atividades *moodle*, em que o professor posta a atividade na sala e coloca um prazo. Cada professor pode propor o número de atividades de acordo com o seu planejamento sendo que o somatório deve dar 100 pontos. E 100 pontos é a avaliação presencial, que o aluno realiza no polo em período agendado no calendário acadêmico. O curso prevê ainda a Avaliação de Reposição e a Prova Final, de acordo com as normas da UFPB.

Os estudantes sempre recebem um *feedback* das atividades, pois ao postar a nota há espaço para que os professores comentem as notas atribuídas ao aluno nas atividades *moodle*. Outros professores realizam atividades com pontos extras para possibilitar ao estudante recuperar os pontos fracos e melhorar a sua pontuação no componente curricular.

Pelo que foi observado existe uma flexibilização quanto às atividades de avaliação com os discentes, o planejamento do professor é flexível onde o mesmo pode propor o número de atividades para que o somatório dê os 100 pontos e a outra nota é a avaliação no polo presencial de acordo com o calendário específico. Existe calendário de reposição, prova final, atividades extras que facilitem a recuperação dos alunos que não tenham atingindo o percentual mínimo para a aprovação na disciplina. Quanto ao atendimento pessoal entre professores e alunos, não ocorre; todo o contato é feito através da plataforma virtual e o *feedback* das atividades é feito no *moodle*. Os tutores fazem todo o acompanhamento, porém, ainda falta maior interação entre professores, tutores e discentes.

A inclusão social é uma vertente do curso em EaD e se torna imprescindível a contribuição do olhar da coordenadora do curso sobre essa questão.

Ao ser indagada sobre essa questão, a mesma confirma sua crença na EaD como ferramenta de inclusão social e que os cursos a distância podem ser ferramentas de inclusão social, uma vez que possibilitam ao estudante que reside em

uma localidade distante e que não possui universidades ter acesso a um curso superior e poder garantir a sua formação através dos recursos que a modalidade a distância proporciona.

A coordenadora acredita que o curso na modalidade a distância possibilita a inclusão social devido a ser mais uma forma de acesso a quem não tem condições de enfrentar um ensino superior presencial seja por meio da localidade onde mora, horários disponíveis para estudos, recurso financeiro, entre outros. AEaD é uma ferramenta para o acesso ao Ensino Superior trazendo oportunidades às diferentes classes sociais, superação das dificuldades regionais e territoriais tendo as plataformas virtuais como ambientes que agreguem os diversos atores sociais que vêm sendo excluídos ao longo da história.

Levy (1998) retrata que as tecnologias da inteligência são a oralidade, a escrita e a informática, em que “uma interface homem/máquina designa o conjunto de programas e aparelhos materiais que permitem a comunicação entre um sistema informático e seus usuários humanos” (LEVY, 1998, p. 109). Partindo desse pressuposto o pensamento acontece em uma rede onde todos estão integrados, as pessoas, as instituições de ensino, o sistema de escrita se integra transformando e traduzindo as representações, e o hipertexto faz parte desse processo relevando-se em toda a rede.

A cultura fornece um enorme equipamento cognitivo aos indivíduos. A cada etapa de nossa trajetória social, a coletividade nos fornece línguas, sistemas de classificação, conceitos, analogias, metáforas, imagens, evitando que tenhamos que inventá-las por conta própria. As regras jurídicas ou administrativas, a divisão do trabalho, a estrutura hierárquica das grandes organizações e suas normas de ação são tipos de memória, de raciocínio e de tomadas de decisão automáticas, incorporadas à máquina social e que economizam certa quantidade e atividade intelectual dos indivíduos. Uma vez que são convencionais e historicamente datadas, é claro que as tecnologias intelectuais (a escrita, a informática...) são instituições. Embora talvez se aceite que toda instituição seja considerada como uma tecnologia intelectual (LEVY, 1998, p. 87).

Em conversa com a coordenadora do polo de apoio presencial do município de Conde a mesma relatou a sua carga horária, é funcionária do município e fica à disposição da coordenação do polo com o intuito de otimizar as diretrizes do polo e dar apoio aos estudantes. Fica evidenciado que a quantidade de alunos matriculados no município de Conde é atendida por uma tutora presencial com carga horária de 20h semanais, o que não dá suporte à demanda de 70 alunos quando a orientação da

CAPES são 18 alunos para cada tutor. É notório que tem algo errado e que esse tutor não conseguirá dar assistência aos alunos. O primeiro ponto a ser discutido foi sobre a sua função, carga horária e como desempenha sua função.

Em resposta, a coordenadora do polo de apoio presencial de Conde, com carga horária de 40h semanais informou que atende ao que pede a função de um coordenador, respondendo ao que é exigido, dando suporte aos alunos e tomando decisões que venham otimizar as diretrizes de um polo.

Uma questão relevante a se discutir foi sobre a quantidade de alunos atendidos no polo presencial do curso de Pedagogia a distância. Se existe flexibilidade para atendimento desses aprendentes, por exemplo, horários flexíveis para atendimento.

Ao ser questionada a mesma relatou que atualmente o curso de Pedagogia conta com uma média de 70 alunos matriculados. Temos uma tutora presencial que atende aos alunos dentro da sua carga horária, que é de 20h semanais e que são flexíveis, caso haja necessidade.

A insatisfação sobre a demanda excessiva de discentes para serem atendidos por um tutor presencial destaca a fragilidade no processo de institucionalização que fragmenta as diretrizes do curso de Pedagogia fazendo com que os objetivos do curso não sejam atingidos como deveria ser. Analisar como está o processo de institucionalização do curso de Pedagogia remete à reflexão de como estão o funcionamento dos polos presenciais dos municípios da Paraíba e, tratando-se do município de Conde, fica o registro que também foi feito no Centro de Educação da UFPB sobre o corte de bolsas para os tutores e que não está sendo seguida a orientação da CAPES de 18 estudantes para cada tutor, o que demonstra as dificuldades no processo até porque fica evidente o corte financeiro nessa área.

Questões foram abordadas a fim de conhecer um pouco do funcionamento do polo presencial de Conde e quais são os funcionários do polo e os objetivos do curso. Então foi relatado que o polo presencial de Conde funciona agregado à Secretaria Municipal de Educação, de segunda a sexta, manhã e tarde e aos sábados, quando há atividade presencial. O RH do polo é constituído pela coordenadora, secretário acadêmico, suporte técnico, tutores presenciais, bibliotecário e auxiliar de biblioteca e auxiliar de limpeza. Todos os cursos de graduação do polo Conde são de licenciatura plena e objetivam formar professores qualificados.

Foi observada resistência ao se falar sobre os objetivos do curso, não foram citadas as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia Resolução CNE/CP 01/2006, não foram referendados nem a LDB 9394/96 nem o PPC do curso, foi destacado o objetivo de formar professores qualificados de forma bem clara e objetiva. Percebe-se certa insegurança ao comparar o curso presencial e a distância, a falta de formação continuada traz prejuízos à qualidade do curso oferecido. Os atendimentos acontecem de forma flexível segundo a coordenadora do polo, porém, a demanda é maior do que a tutoria oferece.

Quando foi questionado sobre a relação entre o curso de Pedagogia presencial e o curso a distância e se é realizado atendimento presencial no polo, e ainda como se dá a interação entre docente/tutor/aluno, a coordenadora destacou que acredita que o curso de Pedagogia presencial tenha o currículo equivalente ao da modalidade a distância. Sim, é realizado atendimento presencial aos alunos quando os mesmos sentem necessidade. O atendimento aos alunos é feito pela coordenação ou pela tutoria, dependendo do caso. Destacou ainda que no polo todos estão em sincronia com as questões mais relevantes, de forma que tudo que for do interesse do aluno seja compartilhado por todos os sujeitos envolvidos.

Ao remeter sobre a importância da democratização social no curso de Pedagogia a distância, por se tratar de política pública de inclusão social do ensino superior, foi perguntado se a mesma acredita que o curso na modalidade a distância pode ser uma ferramenta de inclusão social. Houve presteza na afirmação por acreditar que essa modalidade de ensino está cada vez mais se apresentando como uma ótima alternativa para todos aqueles que pretendem obter uma graduação, ou para os que desejam uma segunda graduação. No entanto, ao contrário do que muitos pensam, é uma modalidade que exige muita disciplina, determinação e compromisso, uma vez que por não existir a presença “física” de um professor, é o aluno quem vai direcionar seus estudos e se tornar, assim, um autodidata por excelência.

Fica claro que a coordenadora do polo presencial defende a educação a distância como política pública de inclusão social apesar de todas as deficiências encontradas no caminho do processo de institucionalização.

3.5 O olhar dos tutores do curso em face de inclusão social

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a aplicação do questionário junto aos tutores do curso de Pedagogia a distância da UFPB no intuito de coletar os dados para a análise da pesquisa no que se refere ao processo de instituição da EaD no curso de Pedagogia da UFPB na perspectiva da inclusão social. Essas questões nortearam a entrevista com os tutores.

A CAPES orienta que o tutor deve ter graduação com no mínimo um ano de experiência no magistério e ao estabelecer esse critério é interessante saber qual a formação acadêmica dos tutores do curso de Pedagogia a distância da UFPB que responderam o questionário.

A tutora que participou da pesquisa apresenta sua formação em pós-graduação em Orientação e Supervisão Educacional, em Gênero e Diversidade na escola e Libras. No curso de Pedagogia a distância é tutora vinculada à disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A segunda tem mestrado em Educação, ambas são tutoras a distância do curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB. E a terceira tem graduação em Pedagogia e atende como tutora presencial em Conde. Foi observado que todas as tutoras possuem curso superior na área de Educação conforme determina a CAPES.

Em relação aos estudantes que são orientados na tutoria atualmente nesta instituição é relevante saber o olhar do tutor em relação à quantidade de discentes que são orientados, assim como sua carga horária e como é distribuída e suas principais atividades nessa instituição.

A primeira tutora respondeu que no semestre 2017.1 foram matriculados 84 aprendentes de 16 polos da UFPB virtual. A dedicação semanal é de 20 horas, distribuídas 16 horas de segunda a sexta e 4 horas no fim de semana. A preferência da tutora é trabalhar em horário noturno devido à maioria dos aprendentes trabalharem durante o dia.

A atuação é junto à professora da disciplina na elaboração do cronograma de atividades do semestre letivo e na elaboração das provas. No ambiente virtual de aprendizagem (AVA) *moodle* é feito o acompanhamento das atividades, como também das dúvidas, são encaminhadas mensagens com orientações práticas da disciplina e da professora à atividade de cunho teórico. Pelo fato da disciplina prática de modalidade viso-gestual busca-se a produção de vídeos sobre os conteúdos

práticos da língua, conforme a liberação das atividades, e assim disponibilizá-los na plataforma.

A segunda tutora explicou que são aproximadamente 50 alunos, variando entre o sexo feminino e o masculino, desenvolvendo atividades com 20 horas semanais, a fim de mediar os processos de ensino-aprendizagem entre os aprendentes, dirimindo dúvidas e incentivando-os a participar do debate. A tutora presencial do polo de Conde atende os graduandos dos oito períodos do curso de Pedagogia.

Em análise fica nítido que os tutores estão sobrecarregados atendendo um número excessivo de discentes, uma média de 50 a 70 alunos onde a CAPES orienta 18 alunos por tutor, o que despenca a qualidade de um curso a distância que se encontra em processo de institucionalização.

Quanto ao período do vínculo com a universidade e realização das atividades como tutora é relevante ter essa informação como também o valor da remuneração. A primeira tutora destacou que o seu trabalho de tutoria está sendo desenvolvido desde o semestre 2013.1 até os dias atuais e a bolsa custa R\$765,00 desde o ingresso das atividades não havendo qualquer alteração.

A segunda relata o período de cinco anos. Atualmente a bolsa custa R\$ 765,00, depositada em conta bancária e faz mais de cinco anos que não há reajuste desse valor. Sim, às vezes há atraso no pagamento das bolsas. A terceira também destacou cinco anos como tutora.

A bolsa de R\$ 765,00 se encontra defasada há mais de cinco anos o que compromete a remuneração básica dos tutores. Diante da responsabilidade, formação acadêmica e a assistência dada os tutores precisam que suas bolsas sejam atualizadas, é o mínimo que pode ser feito, porém o que se tem observado é a redução do número de tutores que passaram a atender uma quantidade imensa de estudantes e congelamento das bolsas há anos.

Um ponto relevante é saber como os tutores experenciam as dificuldades e reclamações mais comuns dos discentes durante o processo. A primeira resposta enfatiza a falta de estabilidade na rede de internet em período chuvoso, dificuldade na conversão de vídeo nas atividades práticas da leitura, falta de tempo para participar das atividades quando acometido de enfermidade ou esteja com algum problema de natureza familiar. As maiores dificuldades são quanto à demora na

resposta do aprendente quando encaminhada uma mensagem de observação para ajuste de alguma atividade.

A segunda destacou que as principais reclamações são em relação aos prazos, os aprendentes sempre pedem mais prazo. Com relação às atividades geralmente não há dificuldades. A plataforma é bastante interativa e é possível estabelecer um bom diálogo com os alunos (que na plataforma são chamados de aprendentes). Acredito que no futuro a plataforma estará mais “evoluída” com opção de videoconferência e outras formas mais interativas de diálogo.

E a terceira resposta se refere às dificuldades no contato com o professor e demora nas respostas de dúvidas edificuldades dos aprendentes em participar das atividades.

Dentre as principais dificuldades destacadas na pesquisa fica a instabilidade da internet onde muitos aprendentes têm dificuldades com a instabilidade da rede;demora nos ajustesdas atividades, solicitação de mais prazo para realização das atividades e contato com professor que demora em tirar dúvidas. A relação docente e discente é virtual e muitas vezes a falta de *feedback*dificulta o andamento da atividade e a qualidade do curso.

Os estudantes têm direito à recuperação de estudos que acontece durante o processo de ensino e aprendizagem; é significativo perceber como se dá esse processo de recuperação de estudos tratando-se de um curso a distância e também como ocorre a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Na primeira resposta a tutora revela que quanto à recuperação é encaminhadamensagem a respeito do novo prazo de envio das atividades, conforme a reformulação de datas das mesmas. Em alguns casos, fica disponível uma atividade extra com pontuação como forma de recuperar os conteúdos trabalhados. Também ocorre a prova de reposição posterior àprova presencial cujo direito àparticipação segue os critérios preestabelecidos na Resolução CONSEPE/UFPB nº 16/2015 para os cursos de graduação da UFPB.

Para o TCC professores e tutores são convidados pela coordenação do curso à participação da orientação, uma vez que a demanda é grande e há poucos profissionais nessa função. A respectiva orientação ocorre individualmente e a critério do orientador em acordo com o aprendente. Pode utilizar *e-mail* e seus recursos de compartilhamento e edição do arquivo de texto. A depender da distância

física de ambos, podem ocorrer encontros presenciais no polo ou videochamada e utilizar áudio do celular.

Na segunda resposta é destacado que os aprendentes têm direito a uma reposição de uma das atividades perdidas durante o semestre, mas isso varia de acordo com o professor do componente (disciplina).

Ocorre a distância pela plataforma *moodle* e também por *e-mail*. É definido o orientador e, após isso, há um cronograma organizado com as datas e o período de postagem das atividades referentes às etapas do TCC.

Na terceira resposta destacam-se a reabertura de desafios e reposições de avaliações. Mais uma vez fica destacada a dificuldade nas orientações devido à grande demanda e poucos profissionais disponíveis. A coordenação convoca professores e tutores a trabalharem juntos nas orientações para dar conta da demanda, o que sobrecarrega ainda mais os tutores. Toda a orientação é feita por *e-mail* e na plataforma, o que de certa forma dificulta o entendimento para quem tiver a necessidade de uma orientação pessoal.

Uma questão que não pode deixar de ser indagada é quanto à crença de que o curso a distância proporciona inclusão social. Relevante questão, pois remete à reflexão sobre os objetivos da política pública de inclusão social tendo a EaD como instrumento nesse processo. É imprescindível saber o que pensam os sujeitos envolvidos no processo.

As três tutoras acreditam nesse instrumento de inclusão social: a primeira revela que não só pelo fato do curso a distância oportunizar a oportunidade de uma diversidade de estudantes em distintas localidades, mas pelo fato de proporcionar a participação de pessoas de diferentes situações socioeconômicas, idades, deficiências, gêneros, dentre outras características com interesse em comum: a formação acadêmica.

A segunda relata que através dessa modalidade de ensino vários alunos que não poderiam ter acesso ao Ensino Superior, por motivos financeiros ou mesmo por morarem em lugares remotos onde o acesso a uma cidade maior e com infraestrutura mais desenvolvida é distante e caro, o ensino a distância coloca todas as modalidades de ensino em uma situação mais equitativa, mais equilibrada, pois basta o aluno ter acesso à internet e um computador em casa o que democratiza bastante o ensino e o acesso às oportunidades. A terceira expõe que o curso

permite que as pessoas que não podem estar com frequência num curso presencial tenham a oportunidade de realizá-lo a distância.

Todos acreditam que a graduação a distância possibilita a inclusão social por se tratar de uma política pública de acesso ao Ensino Superior a todos que por algum motivo não podem seguir um curso presencial. A última formação ocorrida oficialmente segundo os tutores ocorreu em 2013. Após esse período a UFPB virtual disponibilizou cursos como produção de videoaula para *web*, dentre outros. Observa-se uma lacuna na formação continuada dos tutores.

A formação continuada é imprescindível na valorização do ensino e empoderamento dos sujeitos envolvidos no processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia e pensando assim foi questionado sobre a possível participação em algum curso de formação para tutores.

As respostas não foram positivas. A primeira confessa que no ano de 2010 participou de uma formação pelo programa de formação para professores da rede estadual de ensino e ao ingressar na UFPB virtual foi realizada a formação através de um curso, com certificação expedida pela instituição no ano de 2013. A segunda resposta confidenciou que a UFPB Virtual disponibiliza vários cursos para a melhoria da formação dos tutores, como produção de videoaula para *web*, como realizar uma webconferência, dentre outros. E a terceira resposta foi direta: só participa quando é oferecido e faz tempo.

A formação continuada em todos os níveis de ensino é de extrema importância para o empoderamento profissional, domínio das ferramentas, troca de experiências, valiosas contribuições profissionais que enriquecem as práticas de ensino e aprendizagem. Com a deficiência na formação a qualidade no serviço fica diretamente comprometida.

A democratização do Ensino Superior vem sendo debatida durante toda a pesquisa e se torna imprescindível conhecer o olhar do tutor acerca dessa questão, se de fato os mesmos concordam que a universidade vem desempenhando a democratização do Ensino Superior. Ambas acreditam que a universidade vem desempenhando a democratização do Ensino Superior. A primeira desvenda que a universidade através de ações do governo federal e políticas públicas educacionais promovem o acesso ao Ensino Superior, seja na modalidade virtual e/ou presencial. Contudo, sua permanência dependerá de fatores vinculados à questão financeira para arcar com despesas de transportes, alimentação e do material didático,

organização temporal para dedicação aos estudos por questões profissionais e pessoais dentre outros aspectos que são analisados pelo estudante ao decidir ingressar no Ensino Superior.

A segunda contribuição destaca que a UFPB Virtual é uma dessas ações de democratização no Ensino Superior que possibilita oportunidade e democratização do ensino há vários alunos do interior do estado e das localidades circunvizinhas onde os polos estão alocados. A terceira revela que mesmo com as dificuldades financeiras pelas quais vem passando, a universidade vem desempenhando a democratização do Ensino Superior e apesar de todos os cortes que vem enfrentando os obstáculos são ainda maiores para manter uma modalidade de educação a distância. Todos acreditam na importância do papel da universidade e a oportunidade do Ensino Superior a vários estudantes de outras regiões que não tiveram acesso por diversos motivos ao ensino presencial.

O tutor presencial e a distância são membros fundamentais para o objetivo principal da pesquisa. Os dados foram levantados a fim de se realizar a análise de como se dá o andamento do processo do curso de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB. O olhar do tutor durante esse processo é crucial para o desenvolvimento do estudo que tem um aporte bibliográfico que fundamenta a pesquisa.

Com os avanços da EaD e a demanda imposta o tutor passa a ter uma responsabilidade maior, agregando atribuições que vão além do que seria previsto, a começar pelos cortes financeiros na EaD, diminuição do número de tutores nos cursos a distância, congelamento de bolsas, apoio nas orientações para o trabalho de conclusão de curso, entre outras ações que vêm sobrecarregando o tutor.

O tutor é quem está ao lado do discente durante todo o processo, é “aquele profissional docente, que não somente realiza suas atribuições e tarefas de forma obrigatória, mas que supera as expectativas tanto das instituições de ensino quanto dos alunos, ofertando um trabalho com qualidade excelente” (SANTOS, R., 2017, p. 90). A tutoria é um trabalho docente respeitável que deve ser valorizado, mas que vem enfrentando as consequências dos desgastes que a falta de recursos vem assolando nas universidades.

Fica evidenciado que o menor investimento está em relação ao acompanhamento do estudante durante o processo de aprendizagem. Foi na última década que se passou a investir em atividades de tutoria. A função de tutoria requer

uma experiência docente, o que é imprescindível para o desenvolvimento das atividades laborais.

3.6 O posicionamento de alguns professores diante desse processo de institucionalização e inclusão social

Os professores que participaram da coleta de dados para análise através da técnica de entrevista são integrantes do curso de Pedagogia, na modalidade a distância da UFPB: um é professor do primeiro período do curso e a outra do último período do curso, cada um com sua visão particular sobre o curso e o processo de institucionalização, vista a inclusão social que permitiu uma análise fundamentada.

Inicialmente foi perguntado: Sobre quais disciplinas você trabalha? Conteúdo ou metodologia? O primeiro entrevistado é professor de Filosofia da Educação I. e o segundo do Componente Tópicos Especiais em Educação II, foco o uso das tecnologias digitais na educação, em especial, Dispositivos móveis e a metodologia que relaciona teoria e prática para a produção de um material digital.

Foi escolhido um professor do primeiro semestre e um do último semestre em disciplinas distintas: o primeiro em Filosofia da Educação I e o outro em Tópicos Especiais em Educação II com o intuito de coletar a sua opinião a respeito do processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia.

Para entender um pouco do processo de institucionalização do curso de Pedagogia a distância é relevante entender se a matriz curricular do curso possibilita que tipo de formação aos futuros professores.

O primeiro entrevistado acredita que a formação de professores deve ter uma base curricular e os estudantes precisam compreender o mundo educacional desempenhando o compromisso com a sua formação. O artigo de Bittencourt e Mercado (2014) intitulado “Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB” reúne as causas da evasão em dois grupos: endógenas e exógenas.

A segunda entrevistada divulgou que a matriz curricular possibilita uma formação teórica e reflexiva no tangente às ações de ensino com foco no desenvolvimento e aprendizagem de crianças pequenas.

Os professores concordam que a matriz curricular do curso possibilita uma boa formação aos futuros professores; entretanto, para que o sucesso educacional

aconteça é imprescindível a observação a outros componentes além da base curricular como, por exemplo, o compromisso do estudante com sua formação. Dada a sugestão para a leitura do artigo de Bittencourt e Mercado (2014), é nítido que com o crescimento da oferta da EaD no Brasil também vem acontecendo evasão, e esse problema vem sendo agravado devido a poucos trabalhos de combate à evasão.

Os diversos fatores influenciam a evasão dos alunos nestes cursos, como: insatisfação com o tutor; dificuldade de acesso à complexidade das atividades; dificuldade de assimilação da cultura inerente à falha na elaboração do curso; expectativas erradas por parte dos alunos; tecnologia inadequada, falta de habilidade para usar a tecnologia corretamente e tempo de realizar os estudos (COELHO, 2002; BIAZUS, 2004; MOORE; KEARSLEY, 2007; PACHECO, 2007 *apud* BITTENCOURT; MERCADO, 2014, p.466).

Esse tema serve de aporte para aprofundamento em uma pesquisa posterior no curso de Pedagogia a distância da UFPB.

O contexto social é um fator determinante no processo de formação dos estudantes. Sobre essa questão foi perguntado se há oportunidades para refletir e compreender o contexto social no qual o processo educativo está inserido. Os alunos são levados a construir uma postura crítica para examinar criticamente o processo de educação?

O primeiro entrevistado respondeu que é muito difícil até mesmo para um cientista social compreender o contexto social em que estamos envolvidos na atualidade.

Procuramos ajudá-los a compreender a problemática nacional, mas penso que isso seja insuficiente. Os alunos da EaD por conta de viverem em municípios diferentes, vivenciam situações muito particulares, seja na área rural ou urbana, municípios pequenos e grandes. Não vejo como ajudá-los a desenvolver uma leitura crítica da realidade local em que vivem, pois eu mesmo a desconheço.

A segunda entrevistada compreende que sim trazendo uma postura diferente da anterior. “Durante os estudos os alunos precisam relacionar os fundamentos teóricos e orientações político-pedagógicas com a realidade de suas regiões/municípios”.

Intrigante a resposta dos dois professores. O primeiro vê dificuldades em auxiliar uma postura crítica no desenvolvimento dos estudos do discente da EaD devido a não conhecer a realidade que os mesmos vivem. O outro professor vê, sim,

possibilidade de durante os estudos desenvolver a leitura crítica a partir do ambiente em que vivem. Primeiramente o ambiente virtual pode aproximar as pessoas estando em espaços e tempos diferentes, mas ao mesmo tempo pode afastá-las na medida em que é encarado pelo docente e discente.

O contexto social, a política nacional, deve ser instigado e refletido a partir da sua realidade local e o professor é ponto chave durante esse processo. Pode ocorrer de alguns ou muitos ficarem no meio do processo e não conseguirem alcançar os objetivos por diversas razões sociais ou econômicas, mas o olhar do professor deverá sempre instigar a visão crítica em que o sujeito está inserido, de acordo com a sua realidade, para a partir daí haver uma construção do ser social onde os fundamentos teórico-metodológicos auxiliarão na composição dos futuros professores.

Não saber qual direção tomar porque os aprendentes pertencem a realidades diferentes não justifica o não direcionamento da postura de um professor. Cabe, então, a busca por formação, pesquisas para que as dificuldades sejam superadas.

Ao serem questionados sobre a importância da docência como base da formação do curso foi interessante conhecer a opinião dos entrevistados que apesar de desenvolverem a docência têm opiniões bem diferentes que vale a pena analisar.

O primeiro entrevistado informou que acredita na docência como base na formação do curso,

mas não conheço o que está sendo produzido nas outras disciplinas. Isso demanda de uma reflexão muito ampla e não sou eu a pessoa mais indicada para responder. Existe uma bibliografia muito grande que trata desse assunto. Na disciplina que leciono procuro desenvolver a capacidade de questionar, duvidar, criticar, observar o entorno, fundamentar seus argumentos.

A segunda entrevistada também acredita na docência como base do curso, pois o projeto pedagógico do curso assim defende a partir das ementas construídas para esse propósito.

No componente curricular que atuo, é fundamental a importância da utilização de tecnologias digitais como instrumentos que possam facilitar o processo de ensino e aquisição da aprendizagem. Os saberes focados são tecnológicos e pedagógicos. Tecnológicos: principalmente na gravação, edição e destruição (em rede) de vídeos. Pedagógicos: estratégias para utilização de dispositivos móveis em sala de aula.

O não direcionamento da postura de um professor, cabe então a busca por formação, pesquisas para que as dificuldades sejam superadas. Não só o aprendente deve estar comprometido com a formação, mas todos que estão inseridos no processo devem buscar respostas para os desafios propostos no âmbito educacional. O curso é pedagogia a distância, mas fica o questionamento se existe um atendimento presencial e como ocorre. Em resposta ambos relataram que, atualmente, as aulas presenciais foram extintas por falta de recursos. Não tem sido realizado pelos professores. Os estudantes têm acesso ao polo de apoio presencial, e assim recebem orientações sobre questões técnicas relacionadas à atividade.

Fica explícito que as aulas e o atendimento presenciais não acontecem devido ao corte no financiamento. Os acompanhamentos são feitos no polo presencial pelo tutor. Existe uma fragilidade na composição dessa estrutura; caberia um estudo com mais aprofundamento para entender as lacunas existentes no curso.

Esse momento da pesquisa remete ao esclarecimento de como os entrevistados vivenciam o curso de Pedagogia na modalidade a distância como uma ferramenta de inclusão social, e o que ambos entendem por democratização do Curso Superior. O primeiro entrevistado relata que, sem dúvida, trata-se de uma modalidade de democratização do ensino. Alunos em lugares que não dispõem de tempo para estudar num curso presencial ou que não tem perto de sua residência IES pública encontram na UAB uma oportunidade única.

A segunda entrevistada diz que são dois pontos fortes para a inclusão social: gratuidade e flexibilidade para os horários de estudos. Democratizar é oferecer a todas as pessoas – independente de classe social, gênero, etnia e outras – direito ao acesso, permanência e conclusão do Ensino Superior. A educação a distância no Brasil a partir da proposta da Universidade Aberta do Brasil possibilita a democratização do acesso, é fato. Entretanto, reconhecidas são as dificuldades em relação à permanência e conclusão dos cursos. Assim, creio que na UFPB precisamos implantar políticas públicas que envolvam o aluno de EaD e as suas peculiaridades, com real apoio institucional e dos municípios. Apoio que vai desde a organização dos polos de Apoio Presencial (os quais andam sucateados) até o investimento em formação de professores (tutores ou não) e de gestores para a EaD.

Democratizar não é apenas oferecer possibilidades de entrada no Ensino Superior, mas trabalhar para que os alunos permaneçam motivados, participem de

projetos, produzam academicamente e levem para seus lócus o que aprenderam após a conclusão do curso. Assim, a partir da inclusão social dos estudantes de graduação, estes podem atuar também a favor da inclusão social em seus municípios a começar pela melhoria da qualidade da educação.

Observa-se que existe uma segregação entre as disciplinas e o não conhecimento entre as mesmas. Ambos os professores entendem que a docência é a base do curso, porém aconteceu certa resistência no aprofundamento da questão dada ao primeiro entrevistado. Mais uma vez a fragilidade da formação deixa lacunas e a troca de experiências entre professores de outras disciplinas poderia ser um bom começo para superar certas brechas no que se refere à formação.

Os dois professores concordam que a modalidade a distância possibilita a inclusão social e a democratização do ensino tendo como pontos fundamentais a gratuidade e a flexibilidade dos horários de estudo. Um desafio que deve ser trilhado quanto ao entendimento do que é democratização do ensino público que não se refere ao simples acesso, mas também à permanência e conclusão dos aprendentes e que levem a formação para a sua vida, os seus municípios, melhorando a qualidade da educação. Não é só ter um curso superior, mas concluir o Ensino Superior e melhorar a qualidade de vida dos arredores a partir dos conhecimentos adquiridos.

Ao deixar sua contribuição acerca do processo de instituição da EaD no curso de Pedagogia na perspectiva da inclusão social, o primeiro registrou que a UAB ainda não foi assumida institucionalmente por IES alguma. “Penso que o MEC iniciou um projeto ambicioso, mas recuou nos últimos cinco anos. Faltam recursos humanos e financeiros. O curso de Pedagogia, da modalidade à distância, tem superado enormes crises externas e internas nos últimos anos.”

A segunda entrevistada enfatizou que, de modo geral, ainda temos muito a crescer e melhorar. A precariedade na institucionalização da EaD na UFPB dificulta a ação do curso de Pedagogia, assim também para os demais cursos a distância da universidade em foco. Por exemplo, a impossibilidade financeira para visitar vários polos, impossibilidade de produção e reprodução de materiais, falta de atualização das bibliotecas de polos, ausência na melhoria dos equipamentos, entre outros.

Ambos destacam que a EaD enfrenta enormes crises de funcionamento seja por recursos financeiros como também humanos, muito tem a se fazer para crescer e melhorar. A precariedade no funcionamento da institucionalização da EaD no

curso de Pedagogia da UFPB tem prejudicado diretamente a qualidade do serviço. Não tem condições financeiras para visitar os polos, produzir e reproduzir materiais, ausência na melhoria dos equipamentos. O primeiro entrevistado destacou que o MEC iniciou um projeto ambicioso, mas recuou nos últimos cinco anos, o que impede que melhorias sejam feitas na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de inclusão social através da EaD trouxeram uma expansão dos cursos de Ensino Superior público nessa modalidade na intenção de promover “inclusão” de grupos sociais que foram excluídos historicamente. No entanto, o que se observou foi a expansão de um mercado privado destinado a um público que foi excluído e uma nova forma de se obter lucro numa escala ampla e desenfreada e a qualidade não anda no mesmo patamar.

A partir dos documentos e depoimentos analisados tecemos algumas considerações em relação a esta política do período de 1996 com a criação da LDB 9.394/1996 até o ano de 2017. Nesses vinte e um anos a educação a distância vem ganhando destaque como modalidade de ensino propiciando uma expansão no Ensino Superior. O tema abordado apontou para uma necessidade de continuidade na pesquisa científica pelo caráter dinâmico do objeto e pela relevância em registrar o momento histórico que dará base a posteriores investigações. As mudanças na política educacional no Brasil estão ocorrendo de forma acelerada e muito se tem a registrar até porque não é possível prever as mudanças que ainda estão por vir.

O processo de institucionalização do curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da UFPB aconteceu através da Resolução CONSEPE/UFPB 23/2007, criando o curso de Pedagogia, na modalidade licenciatura, com

funcionamento semipresencial, baseado no edital 01/2005 UAB/SEED/MEC e na Resolução CNE/CP 01/2006, tendo como eixos de atuação a docência e a gestão dos processos educativos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.934/96.

Em 2007 houve a criação do curso de Pedagogia a distância na UFPB que foi um tempo promissor aonde os recursos públicos vinham sendo intensificados para a sua implantação, aprimorando a qualidade do Ensino Superior público uma vez que o Decreto nº 5800 em 2006 instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) voltado para o desenvolvimento da modalidade a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no Brasil.

Registrar o momento histórico da expansão do Ensino Superior a distância a começar pela criação da LDB 9394/96 que estabelece no artigo 80 que “o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de ensino à distância”, o Decreto 5622/2005 que regulamentou o artigo 80 da LDB, período em que a modalidade tem crescido fortemente no país. O curso de Pedagogia da UFPB foi criado dentro dessa efervescência de investimentos e recursos para a educação a distância e o processo de institucionalização desta modalidade de ensino iniciou em 2007, com um marco referencial inclusive amparado pela Resolução CNE/CP 01/2006 que trata das Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de Pedagogia.

O curso a distância permite a flexibilidade do aprendente nos horários e espaços: “No centro das redes digitais, a informação certamente se encontra ligada fisicamente situada em algum lugar, em determinado suporte, mas ela também está virtualmente presente em cada ponto da rede onde seja pedida” (LEVY, 1999, p.48). A EaD evolui na perspectiva de fornecer a possibilidade de interação, construção do conhecimento, acesso à formação superior utilizando o que a tecnologia tem de melhor e mais atual: os ambientes virtuais. “A extensão do ciberespaço acompanha e acelera uma virtualização geral da economia e da sociedade” (LEVY, 1999, p.49). O autor Pierre Levy em suas colocações colabora para o entendimento sobre o conceito das redes digitais e sua contribuição para a construção do conhecimento através dos ambientes virtuais.

Dentro desse contexto uma nova modalidade de ensino é criada, a Educação a distância e passa a ser aceita e adotada pelas instituições públicas e privadas. Um conjunto de valores veio agregando essa nova modalidade de ensino e os interesses foram inúmeros desde a oportunidade dos indivíduos a uma modalidade flexível com

as suas necessidades de estudos até a expansão de um novo mercado. Castells (1999) compreende a lógica do mercado capitalista para a busca de lucro tendo a educação como uma oportunidade de ampliação do mercado.

Aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalização da produção, circulação e mercados aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização do lucro em todos os lugares (CASTELLS, 1999, p.36).

Para o mercado capitalista a educação a distância não podia chegar em momento mais oportuno: ampliação de uma modalidade de ensino que atinge em larga escala um público que se encontra à margem que por algum motivo não pode frequentar o Ensino Superior presencial.

A EaD traz um novo formato para o Ensino Superior oportunizando aos estudantes acesso a todos os públicos e regiões que não tiveram condições de seguir em um curso presencial devido a todas as amarras que dificultam não só o acesso, mas também a permanência. A coordenadora do curso registra a relevância em não só institucionalizar a EaD na graduação em Pedagogia, mas também ampliar o acesso à rede pública e Ensino Superior. Quando se fala em inclusão nos remetemos ao processo de incluir grupos que pouco ou nunca foram assistidos em seus direitos como cidadãos.

Em 2015, o país passa por uma crise financeira que atinge diretamente o orçamento da Educação que alcança as universidades públicas. O novo plano nacional de educação Lei nº 13005 aprovado no ano de 2014 estipula vinte metas para a educação em 10 anos, mas, já encara um cenário nada animador uma vez que das vinte metas previstas nenhuma foi alcançada integralmente e o investimento em educação está bem abaixo do que o previsto.

Diante da nova realidade vários obstáculos vêm sendo enfrentados pela rede pública de Ensino Superior onde se destaca o corte de despesas consideradas essenciais como redução das bolsas para tutores, falta orçamento para formação continuada, corte na produção de materiais, entre outros enfrentamentos. No ano de 2015 o cenário ainda piora, os cortes de investimentos ainda são maiores que no ano anterior, o que preocupa ainda mais a qualidade do curso a distância.

Os tutores do curso de Pedagogia a distância da UFPB corroboram ao distinguir que

A universidade vem desempenhando a democratização do ensino superior e apesar de todos os cortes que vem enfrentando os obstáculos são ainda maiores para manter uma modalidade de educação à distância. Todos acreditam na importância do papel da universidade e a oportunidade do ensino superior, há vários estudantes de outras regiões que não tiveram acesso por diversos motivos ao ensino presencial (Professor entrevistado, 2018).

Os desafios para manter um curso que se encontra em processo de institucionalização são inúmeros e vivenciar essa experiência é aprimorar o olhar para a busca da qualidade da educação apontando os registros históricos sobre a educação a distância que vão desde a criação da LDB 9394/1996, o marco legal e referências documentais até os dias atuais que apontam as vivências dos sujeitos inseridos no processo do curso de Pedagogia na modalidade a distância, do Centro de Educação, da UFPB.

Quanto aos sujeitos foi relevante para a pesquisa investigar o que vem acontecendo no curso de Pedagogia a distância da UFPB e fica destacado que a média de aprendentes por tutor recomendada pela CAPES é dezoito, entretanto, a quantidade de graduandos por tutor ultrapassa cinquenta, o que deixa os tutores sobrecarregados. Outro ponto evidenciado durante a pesquisa é a escassez de formação para tutores e congelamento de bolsas. Esses fatores tendem a dificultar a qualidade do Ensino Superior.

Uma fragilidade no curso de Pedagogia a distância apontada pelo professor entrevistado foi quanto às aulas presenciais e atendimento presencial.

As aulas presenciais e o atendimento presencial não acontecem devido ao corte no financiamento. Os acompanhamentos são feitos no polo presencial pelo tutor. Existe uma fragilidade na composição dessa estrutura que caberia um estudo mais aprofundado para entender essas lacunas existentes no curso de Pedagogia a distância da UFPB (Professor entrevistado, 2018).

Apesar de o curso de Pedagogia ser a distância o discente deveria ter o acesso presencial do professor, se necessário. Segundo a coordenadora, o corte nas despesas prejudica o andamento do curso e atinge diretamente a qualidade, “uma vez que as dificuldades para encontros presenciais entre professores, discentes e tutores, assim como ausência de uma formação continuada e integração de toda a equipe que compõe o quadro de funcionários da EAD”. A “produção de

materiais ocorreu em 2007 e após essa produção não houve outra”,relata a coordenadora do curso ao mencionar que professores ainda utilizam o mesmo material produzido em 2007. Muitas atualizações acontecem o tempo inteiro até porque as tecnologias estão em constante movimento de circulação da informação.

Todas as dificuldades enfrentadas são atreladas diretamente à falta de recursos para investir na manutenção do curso com qualidade, o que é motivo de insatisfação para todos os sujeitos que compõem o processo. A superação dessas lacunas só pode ser repensada mediante o direcionamento dos recursos necessários.

Dentre os professores entrevistados existe uma concordância na precariedade do funcionamento do curso, o que reflete na qualidade do serviço. A falta de recursos não permite que coisas básicas sejam realizadas como a visita dos professores aos polos presenciais, produção e reprodução de materiais, melhoria nos equipamentos, formação continuada. O reflexo não é o melhor, pois, apesar da visão dos professores entrevistados ser bem diferente em relação a alguns aspectos, uma boa formação continuada poderia integrar as diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso. As diferenças tendem a aprimorar o conhecimento. Embora a matriz curricular do curso de Pedagogia propicie uma boa formação aos futuros professores, outros elementos devem ser observados como, por exemplo, o combate à evasão. Os fatos que influenciam a evasão dos aprendentes nos cursos a distância são justificados conforme destacado a seguir, o que facilita a compreensão do termo estudado.

Os diversos fatores influenciam a evasão dos alunos neste curso, como: insatisfação com o tutor; dificuldade de acesso à complexidade das atividades; dificuldade de assimilação da cultura inerente à falha na elaboração do curso; expectativas erradas por parte dos alunos; tecnologia inadequada, falta de habilidade para usar a tecnologia corretamente e tempo de realizar os estudos (COELHO, 2002; BIAZUS, 2004; MOORE; KEARSLEY, 2007; PACHECO, 2007 *apud* BITTENCOURT; MERCADO, 2014, p.466).

Não só o estudante deve estar comprometido com a formação, mas todos que estão inseridos no processo. O professor entrevistado destacou que o “MEC iniciou um projeto ambicioso, mas recuou os últimos cinco anos, o que impede que melhorias sejam feitas na educação” (Cfr. p.88). Ao destacar o Plano Nacional de Educação nº 13005/2014 que já está em vigência há quatro anos, ficou perceptível

que os recursos previstos para o desenvolvimento do plano nacional não estão sendo direcionados para a educação, o que está afetando diretamente o oferecimento e ampliação de vagas na rede pública e quebra na qualidade. Muitos questionamentos continuam sendo feitos; fica a proposição para uma pesquisa posterior sobre como está acontecendo com as metas do plano nacional de educação no Ensino Superior público. Por exemplo, a meta 8 do PNE traz:

a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar, no mínimo doze anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade do país, e dos 25% dos mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (BRASIL, 2016, p.191).

Foi observado através do relatório do 1º Ciclo de monitoramento das metas do PNE 2014-2016 que a meta consiste na ampliação da escolaridade da população entre 18 e 29 anos de modo que o processo ocorra de forma igualitária sem a ampliação das desigualdades. Em 2014, fica visível a persistência na desigualdade entre as regiões e a região Nordeste reuniu a população com menor escolaridade. Fica registrado que a condição de menor escolaridade do Nordeste tem oscilado ao longo dos anos registrando a região Norte um percentual próximo ao Nordeste. Quanto ao critério de raça e cor houve uma redução na desigualdade entre os jovens; entretanto, em nível nacional não segue o mesmo ritmo o que requer políticas de enfrentamento de forma a oportunizar o acesso e a permanência dos jovens no Ensino Superior, sejam os mais jovens, os negros ou indígenas.

A disputa pelos recursos públicos é outra incógnita que precisa ser investigada através de pesquisas científicas que poderão elucidar questionamentos que abarcam o desenvolvimento da educação a distância no Ensino Superior. Como, por exemplo, a redução de investimentos no Ensino Superior público que acomete o trancamento de cursos, redução de vagas, desatualização na produção de materiais, redução na contratação de profissionais sobrecarregando os que continuam vinculados à instituição, o que atinge diretamente a qualidade do curso oferecido.

Em dez anos de implantação do curso de Pedagogia a distância na UFPB muita coisa vem acontecendo desde o investimento para o bom andamento do curso com a construção de materiais, formação continuada, assistência ao discente até o

corte de recursos abruptamente que vem deixando o descontentamento transparente por todos os sujeitos inseridos no processo. As entrevistas com coordenadores, professores e tutores transparecem a insatisfação quanto ao corte de recursos nas ações consideradas primordiais para o funcionamento do curso com qualidade e a insegurança quanto aos dias que ainda virão.

Entender o que vem acontecendo com a educação pública é algo de direito de todos(as) os(as) cidadãos(as) e a pesquisa propicia o registro histórico do que vem acontecendo com o Ensino Superior a distância. A partir do estudo de caso do curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da UFPB se pode ter uma base de como anda o processo de institucionalização e conscientizar-se enquanto pesquisadora. Estudos científicos desta natureza são de grande relevância para o desenvolvimento da educação brasileira.

Concomitantemente ao que vem acontecendo no Ensino Superior público a distância verificamos a expansão em larga escala do Ensino Superior privado com baixas mensalidades, o que nos remete à indagação de como anda o funcionamento das instituições superiores privadas na educação a distância. De onde vêm os recursos para a manutenção de uma instituição privada visto que as mensalidades dos aprendentes são reduzidas? Existe direcionamento de recursos públicos para essas instituições? Como anda a qualidade dessas instituições? Essas e outras questões foram levantadas durante a pesquisa gerando algumas hipóteses para um estudo posterior de grande relevância para a pesquisa científica.

É preciso valorizar o Ensino Superior público e as pessoas que compõem a educação superior. Valorizar ações primordiais como formação continuada, produção de materiais, aumento na contratação de profissionais, reajustes nas bolsas são algumas ações que podem garantir a qualidade do Ensino Superior a distância. Essas demandas só podem ser repensadas quando os recursos financeiros forem destinados para essa finalidade. A falta de vontade política na alocação de recursos tem intensificado as fragilidades e obstáculos presentes no curso.

Por se tratar de um tema atual existe a necessidade de aprofundamento acadêmico no intuito de esclarecer e entender as lacunas do processo trazendo para a discussão questões que estão entranhadas no cotidiano do curso de Pedagogia a distância da UFPB e que podem servir de referência para estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Podem as pedagogias críticas sustar as políticas de direita? **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 107-142, jul. 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

BIREAUD, A. **Os métodos pedagógicos no ensino superior**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995. (Coleção Ciências da Educação).

BITTENCOURT, Ibsen Mateus; MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 465-504, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a09v22n83.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BOAVENTURA, S. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOGDAN, R. E. B. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. p. 19-241.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. **Cidade**: Malheiros editora. 2000.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Política educacional e organização da educação brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. **Decreto 5.622**, de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2005.

_____. **Decreto 5.773/2006**, de 9 de maio de 2006. Brasília: MEC, 2006a.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE**: biênio 2014-2016. Brasília, DF: INEP, 2016. p. 191-299.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. MEC. Programa Ética e Cidadania. **Construindo valores na escola e na sociedade**: protagonismo juvenil. Organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo et al. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v.

_____. Ministério da Cidadania e Justiça. **Brasil cumpre metas e assume novos compromissos**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/brasil-cumpr-metas-e-assume-novos-compromissos-na-onu>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. **Resolução CD/FNDE 42**, de 04 de novembro de 2013. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas a estudantes de graduação e a professores tutores no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET). Brasília: MEC, 2013.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 01/2006b**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2016.

BRZEZINSKI, I. LDB/1996. In: BRZEZINSKI, I. (Org.) **Contemporânea-contradições, tensões e compromissos**. São Paulo; Ed. Cortez, 2015.

_____. LDB/1996: uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

CAETANOL, C. Q.; CAMILLA, B. R. C.; MARIA, L. F. I. **Políticas públicas na educação e educação a distância**: estratégia para a democratização do acesso ao ensino superior. Trabalho apresentado no ESUD 2014 - XI Congresso Brasileiro de Ensino a Distância. Disponível em: <<http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/128043.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CARDOSO, M. L. **O mito do método**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1971. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/mirian-limoeiro-cardoso-o-mito-do-metodo.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e terra, 1999. v. 3, p. 411-439.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede**. Do conhecimento a ação política. Brasília: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2005.

CHAUÍ, M. **Democratização e transparência nossa tarefa contra a despolitização e pela construção de uma ética pública**. 2014. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/127107230/marilena-chau-i-democratizacao-e-transparencia-nossa-tarefa-contr-a-despolitizacao-e-pela-construcao-de-uma-etica-publica>>. Acesso em: 29 fev. 2017.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONSEPE/UFPB. **Resolução nº 23/2007** que cria o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura a distância. João Pessoa: UFPB, 2007.

_____. **Resolução 12/2013**. Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia na modalidade a distância, Licenciatura, do Centro de Educação, Campus I, desta Universidade. João Pessoa: UFPB, 2013.

COSTA, F.; KARLA, S.; GENIANA, G. **EAD – Sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927am.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios da teoria política. São Paulo: Bomtempo, 2011.

DELORS, J. et al. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2006.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação**: avaliação e perspectivas. 2. ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Campinas: CEDES/UNICAMP, v.34, n.122, jan./mar. 2013.

FERNANDES, F. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FONSECA, M. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira**: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/91883088/Economia-e-Responsabilidade-Social>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FREITAS, H. C. L. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a02v2068.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FREITAS, K. S. **Um panorama geral sobre a história da educação à distância**. Disponível em: <<http://www.proged.ufba.br/ead/EAD%2057-68.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do Conhecimento**: a educação na era da insegurança. Porto, Portugal: Porto Editora, 2003.

HERMIDA, J. F. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 166-181, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **A reforma educacional na era FHC 1995/1998/1999 e 2002**: duas propostas duas concepções. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2015.

HERMIDA, J. F.; BONFIM, C. R. de S. A Educação a Distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 01, p. 166-181, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Disponível em: <[HTTP://portal.inep.gov.br/basica-censosinopse-sinopse](http://portal.inep.gov.br/basica-censosinopse-sinopse)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Disponível em: <[HTTP://portal.inep.gov.br/basica-censosinopse-sinopse](http://portal.inep.gov.br/basica-censosinopse-sinopse)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

KATZ, H. H. **A state of the art on the independent private School industry in the state of Illinois**. Advisor Council on Vocational Education, 1973, May, p. 6-7.

KENSKI, V. M. **Novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Pró Reitoria de Graduação, 2008.

_____. **Tecnologias e o Ensino Presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora, 34, 1999. (Coleção TRANS).

_____. **O que é virtual?** Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/6a_aula/o_que_e_o_virtual_-_levy.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. **Tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática**. 1998. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2015/03/LEVY-Pierre-1998-Tecnologias-da-Intelig%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Diretrizes Curriculares da Pedagogia: Imprecisões Teóricas e Concepções Estreitada da Formação Profissional de Educadores**. 2006. p. 843-876. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a11v2796.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

LYRA, Rubens Pinto (Org.). **Teoria política**. Do renascimento à contemporaneidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

MARQUES, G. C. **O ensino a distância começou com carta a agricultores**. 2004. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar_url?url=http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/file.php/1/moddata/forum/21/101643/Ensino_a_distancia_comecou_com_cartas_a_agricultores.docx&hl=ptBR&sa=X&scisig=AAGBfm3bloOnhPGw6KxPartuofFM2oAOtCw&nois=1&oi=scholar&ved=0ahUKEwjL9dT5qp3SAhWlfZAKHTonBdgQgAMIGSgAMAA>. Acesso em: 05 fev. 2017.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v36n129/a0736129.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação à distância**: sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORAN, J. M. **Educação inovadora presencial e a distância**. Educação online. São Paulo: Loyola, 2003. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/inov.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e M. Alice Sampaio Dória. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, ago.2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2013.

POZO, J.I.**Adquisición de conocimiento**: cuando la carne se hace verbo. Madrid: Morata, 2003.

_____. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **Humana mente**: el mundo, la conciencia y la carne. Madrid: Morata, 2001.

ROSA, Alessio. **Educação a distância**: desafios e oportunidades. Curitiba: Appris. 2016, 143p.

ROSENFELD, D. L. **O que é democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos; 219p.).

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Ralph José Neves dos. O Tutor presencial na educação a distância: teoria versus prática no fazer docente nas instituições de ensino superior de Pirapora – MG. **Revista multitema**, v. 5, n. 1, p. 87-96, jan./jul. 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 99-126.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TONI, M. Visões sobre o trabalho em transformação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 246-286, jan./jun. 2003.

UNESCO BRASIL. Desafios e estratégias. Brasília, 1999.

VERMELHO, S. C. Educação à distância: sistemas de aprendizagem on-line. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, Edição Especial n. 4, p. 263-268, 2014.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad.: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Entrevista com Coordenadora do Curso de Pedagogia a distância

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM TUTORES DO CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

ENTREVISTA COM COORDENADORES DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

- 1- Qual o objetivo do curso?
- 2- Quais são as metas?
- 3- Quais os profissionais envolvidos na elaboração da proposta pedagógica do curso? e na produção dos materiais didáticos?

- 4- Existe um núcleo de EaD? Como funciona?
- 5- Qual a relação entre o curso de Pedagogia presencial e o curso a distância? Como funciona?
- 6- Qual concepção de formação de professores orienta a proposta do curso?
- 7-Como a EaD é vista como possibilidade de formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental?
- 8- Como é feita a articulação entre a teoria e prática?
- 9- Como é feita a interação entre docente/tutor/aluno?
- 10- Como é composta a equipe do curso de Pedagogia? (coordenação, tutoria, secretaria etc.)
- 11– Quantos são os tutores?
- 12- Total de tutores/docentes por aluno?
- 13- Qual a estratégia para encontros presenciais?
- 14-Existe flexibilidade para atendimento dos alunos? Ex.: Horários flexíveis para atendimento.
- 15- Como é feita a avaliação? (modular, semestre, presencial, virtual)
- 16- Existe sistema de recuperação? Como é feito?
- 17- Você acredita que o curso na modalidade a distância pode ser uma ferramenta de inclusão social? Justifique sua resposta.
- 18-O que você entende por democratização do curso superior? Dê sua opinião acerca desse tema e como você vê a EaD diante desse processo.
- 19- Dê sua opinião acerca do processo de instituição da EaD no curso de Pedagogia na perspectiva da inclusão social.

APÊNDICE B – Entrevista com tutores do curso de Pedagogia a distância da UFPB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM TUTORES DO CURSO DE
PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

I - Caracterização básica do entrevistado

1 - Sexo:

() Masculino () Feminino

2 – Qual é o seu último nível de formação?

() Graduação. Curso: _____

() Pós-graduação (*Lato sensu*). Curso: _____

() Mestrado. Área: _____

() Doutorado. Área: _____

() Pós-doutorado. Área: _____

3 – Com quais disciplinas você trabalha?

II – Caracterização dos tutores em relação ao curso e à instituição

4 – Quantos alunos você possui na tutoria atualmente nesta instituição?

5 – Quantas horas por semana você trabalha na instituição?

6 – Quais são as suas atividades como tutor desta instituição?

7 – Que tipos mais comuns de reclamações são feitos pelos alunos?

8 – Em geral, que dificuldades você encontra para realizar as atividades com os alunos?

9 – Quais são os procedimentos do estágio curricular?

10 – Como funciona a recuperação de estudos durante o processo de ensino e aprendizagem?

11- Como ocorre a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

12- Você acredita que o curso a distância proporciona inclusão social? Justifique sua resposta.

13- Há quanto tempo você realiza um trabalho de tutoria no curso de Pedagogia?

14- Quanto custa a sua bolsa e há quanto tempo não tem reajuste? Existe algum atraso no pagamento das bolsas?

15- Você participa de algum curso de formação para tutores? Se positivo, qual?

16- Como é feita a remuneração para desempenhar suas atividades? Você recebe regularmente?

17- Em sua opinião, você concorda que a universidade vem desempenhando a democratização do Ensino Superior? Justifique sua resposta.

APÊNDICE C – Entrevista com professores do curso de Pedagogia a distância da
UFPB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO PROFESSORES DO CURSO DE
PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

I - Caracterização básica do entrevistado

- 1 - A Matriz Curricular do curso possibilita que tipo de formação aos futuros professores?
 - 2- Com quais disciplinas você trabalha? Qual o foco das disciplinas específicas? Conteúdo ou metodologia?
-

3-Há oportunidades para refletir e compreender o contexto social no qual o processo educativo está inserido? Os alunos são levados a construir uma postura crítica para examinar criticamente o processo de educação?

4 - A docência é a base da formação do curso? Por quê?

5 - Quais são os conhecimentos considerados fundamentais?

6 - Que tipos de saberes os alunos são estimulados a construir? Como as disciplinas estão organizadas para alcançar isso?

7- Como o curso entende as necessidades de formação de um professor de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental?

8- Como é feita a articulação da teoria com a prática? Como ocorre a reflexão sobre a prática?

9 - Como é realizada a supervisão do estágio?

10 - Como é realizado o atendimento presencial?

11- Quais as disciplinas focadas na educação não formal? Como esse tema é trabalhado no curso?

12-Quais as atividades consideradas extracurriculares? Qual a carga horária?

13- Você acredita que o curso na modalidade a distância pode ser uma ferramenta de inclusão social? Justifique sua resposta.

14-O que você entende por democratização do Curso Superior? Dê sua opinião acerca desse tema e como você vê a EaD diante desse processo.

15- Dê sua opinião acerca do processo de instituição da EaD no curso de Pedagogia na perspectiva da inclusão social.

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **A EaD como instrumento de inclusão social: uma análise crítica sobre o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB/PB** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Grazielli Martins Pereira de Sousa, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Wilson Honorato Aragão.

Os objetivos do estudo são analisar se está e/ou como está acontecendo o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB na perspectiva da inclusão social.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a análise e reflexão da inclusão social no curso de Pedagogia a distância da UFPB.

Solicitamos a sua colaboração para contribuir através da entrevista ou respondendo a um questionário, como também sua autorização para apresentar os

resultados deste; analisar se está e/ou como está acontecendo o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica (*se for o caso*). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (*se for o caso*).

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Grazielli Martins Pereira de Sousa.

Endereço (Setor de Trabalho): Rua Joamir Severino dos Santos, s/n, Valentina.

EMEF Dom Hélder Câmara.

Telefone: 83 98706-7590

Ou

Hospital Universitário Lauro Wanderley - 2º andar - Campus I - UFPB. Cidade
Universitária UF: PB Município: João Pessoa- CEP 58.059-900 Fone (83)3216-7964
- Fax: (83)3216-7522 - *E-mail:* comitedeetica@hulw.ufpb.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP

Pesquisador: GRAZIELLI MARTINS PEREIRA DE SOUSA

Título da Pesquisa: A EaD como instrumento de inclusão social: uma análise crítica sobre o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB/CE

Instituição Proponente: Centro de Ciências da Saúde

Patrocinador Principal: Universidade Federal da Paraíba

Versão:2

CAAE: 68720717.1.0000.5183

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.143.756

Apresentação do Projeto:

Versão 2. O presente projeto de dissertação intitulado: A EaD como instrumento de inclusão social: uma análise crítica sobre o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB/CE, oriundo do Programa de Pós-Graduação em

Educação da Universidade Federal da Paraíba, tem como responsável Grazielli Martins Pereira de Sousa. A pesquisa terá uma abordagem qualitativa e a metodologia de tratamento será a análise de informações, a pesquisa será bibliográfica, documental, exploratória e explicativa a partir das informações apreendidas sobre o objeto. Será realizada como técnica de pesquisa a entrevista para ser aplicada a coordenadores, tutores, professores e um questionário Webquest aos alunos do curso de Pedagogia na modalidade a distância, no Centro de Educação da UFPB.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar se está e/ou como está acontecendo o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, bem como contextualizar Políticas públicas em educação a distância no Brasil; indagar a EaD como instrumento de inclusão social no Ensino Superior; investigar a EaD como instrumento de democratização do Ensino Superior e discutir o processo de institucionalização da EaD no curso de Pedagogia da UFPB/CE na perspectiva de inclusão social

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa nessa área é relevante uma vez que a EaD está em ascensão na educação brasileira e precisa ser investigada quanto ao seu papel e o seu processo de institucionalização.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Apresentou carta-resposta e inseriu os termos solicitados na análise da versão 1.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Recomenda-se que o pesquisador responsável e demais colaboradores CUMPRAM, EM TODAS AS FASES DO ESTUDO, A METODOLOGIA PROPOSTA E APROVADA PELO CEP-HULW. Caso ocorram ALTERAÇÕES METODOLÓGICAS durante ou após o desenvolvimento da pesquisa, a exemplo de alteração de título, mudança de local da pesquisa, população envolvida, entre outras, o pesquisador responsável deverá submeter EMENDA do projeto a este CEP, via Plataforma Brasil, para apreciação de tais alterações, ou buscar devidas orientações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações/Recomendações:

Considerando que as pendências mencionadas anteriormente foram atendidas e que o projeto está adequado no tocante aos aspectos éticos e metodológicos, conforme diretrizes da Resolução 466/2012 do CNS/MS, não há mais pendências e/ou inadequações, portanto, somos de parecer favorável ao seu desenvolvimento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ratificamos o parecer de APROVAÇÃO do CEP/HULW, em Ad-Referendum.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

. O participante da pesquisa deverá receber uma via do Termo de Consentimento na íntegra, com assinaturas do pesquisador responsável e do participante e/ou do responsável legal. Se o TCLE contiver mais de uma folha, todas devem ser rubricadas e apor assinatura na última folha.

. O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer dano ou prejuízo à assistência que esteja recebendo.

. O pesquisador deverá desenvolver a pesquisa conforme delineamento aprovado no protocolo de pesquisa e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP/HULW de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

. Lembramos que é de responsabilidade do pesquisador assegurar que o local onde a pesquisa será realizada ofereça condições plenas de funcionamento garantindo assim a segurança e o bem-estar dos participantes da pesquisa e de quaisquer outros envolvidos.

Ao término do estudo, o pesquisador deverá apresentar, *on-line* via Plataforma Brasil, através de Notificação, o Relatório final ao CEP/HULW para emissão da Certidão Definitiva por este CEP. Informamos que qualquer alteração no projeto, dificuldades, assim como os eventos adversos deverão ser comunicados a este Comitê de Ética em Pesquisa através do Pesquisador responsável uma vez que, após aprovação da pesquisa, o CEP-HULW torna-se corresponsável.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 28 de junho de 2017

MARIA ELIANE MOREIRA FREIRE
(Coordenadora)